



# Diário Oficial

## Municípios de Santa Catarina

Edição Extra Nº 4202

Sábado - 06 de Maio de 2023

Florianópolis/SC

### Sumário

# EDIÇÃO EXTRA

#### Associações

AMPLANORTE .....2

#### Consórcios

AGIR .....3

ARIS .....4

CINCATARINA ..... 21

CISAMA .....26

CISAMARP .....26

CISAMAVI .....28

CISAMREC .....29

CISNORDESTE .....30

CODEPLAN.....31

QUIRIRI .....47

LAMBARI .....48

CIS-GRANFPOLIS .....48

CIGAMVALI.....53

CIM-AMUREL .....55

CIRSURES.....56

CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

[dom@ciga.sc.gov.br](mailto:dom@ciga.sc.gov.br)

ASSINATURA DIGITAL



Diário Oficial  
Municípios de Santa Catarina



# Associações

## AMPLANORTE

### ATA Nº 03/2023 - ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Publicação Nº 4769033

ATA Nº03/2023  
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA  
AMPLANORTE

Aos dezessete dias do mês de abril do corrente, as quatorze horas, reuniram-se na sede da Amplanorte, os prefeitos (as) que compõe a entidade. Esteve presente o Presidente e Prefeito de Mafra, Sr. Emerson Maas, Prefeita de Canoinhas, Sra. Juliana Maciel, Prefeito de Bela Vista do Toldo, Sr. Alfredo Cesar Dreher, Prefeito de Irineópolis, Sr. Lademir Fernando Arcari, Sr. Mozart José Myczowski, Prefeito de Itaiópolis, Prefeito de Major Vieira, Sr. Adilson Liskovski, Prefeito de Porto União, Sr. Eliseu Mibach, Secretário Executivo da Amplanorte, Sr. Helio Daniel Costa, Guilherme Krieger – Jurídico da AMPLANORTE. Pauta do dia 1) Estabilizador de Solos 2) Assinatura do Contrato PEDER – SEBRAE 3) Assuntos Gerais. O Presidente deu boas vindas e agradeceu a presença de todos, passando para a pauta referente ao PEDER. Lauro se identificou e apresentou o planejamento ao longo dos próximos meses aos prefeitos onde possa desenvolver um planejamento regional, buscando representantes municipais, lideranças, empresários, e tem como objetivo identificar as diretrizes prioritárias ao desenvolvimento econômico da região, trabalhando um plano para os dez anos, definindo um horizonte para o desenvolvimento. Comentou dos eventos que seriam os workshops, onde serão os desdobramentos do plano. Maas sugeriu como logística o lançamento em um município, para acesso aos demais, fazendo em pontos estratégicos. Frisou que a entrega não é o fim e sim o começo do plano. Sensibilizando os participantes para colocar em prática e levando o engajamento a participação. Celso disse que tem dois pontos que acabam solucionando, tirando a responsabilidade dos gestores da execução do plano, onde são intermediários que podem executar as ações do plano que compete ao poder público, onde os empresários irão ver isso, e outra é o CPF responsável de cada um, e dessa maneira que começa o desenvolvimento econômico de uma região. Maas disse que muitos dos planos do governo dele, ele está compartilhando com a população, deu exemplo do estacionamento rotativo, onde é uma reivindicação do comércio, e que estão trabalhando juntos para resolver essa questão, assim como outros alinhamentos. Daniel disse que temos que ser realista, para ver o que falta para ser competitivo, se a lei de incentivo se resolve, chamar os grandes produtores do agronegócio, para verificar o que falta, qual é o argumento, para ultrapassar as cooperativas. Mozart comentou que há dois anos há evasão de divisa no agronegócio, e agora na parte de evasão fiscal, e que o problema não é só o grande produtor, e sim o pequeno, como exemplo que o produtor acha que tudo que ele produz fica no município, onde não ocorre isso. Celso complementou que no projeto do agro, que são seis municípios que estão participando, no mês de junho e julho irão ter a palestra sobre livro caixa e obrigações acessórias, que é para o pequeno produtor, mostrando a maneira de como ele deve se organizar, pois a receita federal está vindo com um sistema muito forte, e também sobre a emissão da nota fiscal eletrônica de produtor. Onde essas palestras podem se transformar em oficina, onde pode pegar 20 propriedades e ensinando a emissão da nota fiscal eletrônica. Daniel agradeceu a presença e fala do Sebrae, e disse que irão trabalhar muito no projeto PEDER, e se colocou a disposição. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião que será lavrada pelo secretário executivo e pelo presidente.

# Consórcios

## AGIR

### TERMO DE POSSE N. 14-2023 RAFAELA GUEDES

Publicação Nº 4769104

#### TERMO DE POSSE Nº 014/2023

Aos dois (02) dias do mês de maio (05) do ano de dois mil e vinte e três (2023), compareceu na AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS – AGIR, o Senhora RAFAELA DOS SANTOS GUEDES, pessoa física, brasileira, solteira, CPF nº XXX.XXX.449-77 e RG nº XXXXX589, para tomar posse no cargo público de ASSESSORA DE DIRETORIA, nos termos do Decreto nº 184/2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, através da Autopublicação nº 4756602, do dia 28/04/2023, com jornada semanal de trabalho de 40 (quarenta) horas, salário mensal correspondente à referência 30 (trinta) constante no Anexo II - Quadro de Cargos Comissionados/Tabela de Referências Salariais, do Protocolo de Intenções da AGIR, nos termos do Decreto nº 170/2023), publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, Autopublicação nº 4470614, do dia 11/01/2023, no valor de R\$ 3.561,32 (três mil, quinhentos e sessenta e um reais e trinta e dois centavos), atualizado pelo Decreto nº 183/2023. publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, Autopublicação nº 4751763, do dia 26/04/2023.

Nos termos do § 1º do Art. 12 do Estatuto Dos Servidores, Anexo III do Protocolo de Intenções da AGIR, é de quinze (15) dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse; sendo que a servidora ora empossada assim declarou que pretende entrar em exercício no mesmo dia da sua posse, ou seja: aos 02.05.2023 (Terça-feira).

Apresentou na oportunidade, os documentos legalmente exigidos, comprometendo-se a exercer com probidade e cumprir fielmente as atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao cargo público no qual foi empossado a partir desta data.

Em seguida lhe foi dado posse pelo Excelentíssimo Senhor Diretor Geral da AGIR.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse que foi assinado pelas partes.

Blumenau (SC), 02 de maio de 2023.

RAFAELA DOS SANTOS GUEDES

Assessora de Diretoria

Resolução nº 244/2023

BRUNA DE ANDRADE

Diretora Adm. e Inst. AGIR

**ARIS****DELIBERAÇÃO Nº 014/2023 DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA REAJUSTE DAS TARIFAS DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO, TABELA DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES E SANÇÕES REGULAMENTARES PRATICADAS PELA CONCESSIONÁRIA JAGUARUNA SANEAMENTO DO MUNICÍPIO DE JAGUARUNA/SC**

Publicação Nº 4769212

**DELIBERAÇÃO n. 014/2023**

**Dispõe sobre a autorização para reajuste das tarifas dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, tabela de serviços complementares e sanções regulamentares praticadas pela Concessionária Jaguaruna Saneamento do município de Jaguaruna/SC.**

O Diretor-Geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), no uso das suas atribuições legais previstas no artigo 40, inciso II do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público da ARIS<sup>1 2</sup>:

**CONSIDERANDO:**

As disposições dos artigos 22, IV, 29, § 1º, 30, 37 e 39 da Lei federal n. 11.445/2007;

O Protocolo 269/2023, no qual a Concessionária Jaguaruna Saneamento requer autorização para reajuste da tabela tarifária e preços públicos dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário;

O Processo Administrativo 040/2023 da ARIS referente ao reajuste tarifário da Concessionária Jaguaruna Saneamento

Que a Resolução Normativa 026/2021 estabelece condições, procedimentos e metodologia de cálculo de reajuste das tarifas e preços públicos dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário nos municípios consorciados à ARIS;

O Parecer Técnico 115/2023;

Que o percentual de reajuste tarifário acumulado de março de 2022 a março de 2023 referente ao Índice de Reajuste Tarifário (IRT), definido no Contrato de Concessão nº 13/2016, é de 6,22%;

<sup>1</sup> Publicado na página 597 da Edição n. 424, do Diário Oficial dos Municípios, veiculado em 8 de fevereiro de 2010. Disponível em: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) ou [www.aris.sc.gov.br](http://www.aris.sc.gov.br).

<sup>2</sup> Art. 40. Compete à Direção Geral:

II - definir a revisão e o reajuste dos valores das tarifas e demais preços públicos decorrentes da efetiva prestação dos serviços de saneamento básico, com base nos estudos encaminhados pelas entidades reguladas e parecer elaborado pela Diretoria de Regulação da ARIS;

**DELIBERA:**

Art. 1º Reajustar as tarifas de água e esgoto praticadas pela Jaguaruna Saneamento em **6,22%** referente ao período de março de 2022 a março de 2023.

Art. 2º Fixar os novos valores das tarifas de água e esgoto praticados pela prestadora de serviços, conforme apresentado no Quadro 1 do Anexo I desta Deliberação.

Art. 3º Homologar os novos valores dos serviços complementares praticados pela prestadora de serviços, conforme apresentado no Quadro 2 do Anexo II desta Deliberação.

Art. 4º Homologar os novos valores das sanções regulamentares praticados pela prestadora de serviços, conforme apresentado no Quadro 3 do Anexo III desta Deliberação.

Art. 5º Os novos valores das tarifas de água e preços públicos a serem praticados pela prestadora de serviços entrarão em vigor em **07 de julho de 2023**, conforme disposto no artigo 37 e no artigo 39 da Lei federal nº 11.445/2007.


§ 1º A prestadora de serviços deve divulgar os novos valores em seu sítio na internet e através de mensagens em suas contas/faturas.

§ 2º A prestadora de serviços obedecerá ao prazo estabelecido no *caput* deste artigo para a realização das leituras e medições e as respectivas emissões das Contas/Faturas com os valores reajustados.

Art. 6º A prestadora de serviços deverá encaminhar a esta agência em até 15 dias da data da publicação desta deliberação comprovante de divulgação da nova Tabela Tarifária, em seu sítio eletrônico, nas contas/faturas e, se for o caso, na imprensa local.

Art. 7º A presente Deliberação entra em vigor na data da sua publicação.

Florianópolis, 04 de maio de 2023.

  
**Adir Faccio**  
**Diretor-geral da ARIS**



ANEXO I  
Quadro I: Estrutura Tarifária.

CATEGORIA	FAIXA DE CONSUMO (m³/mês)	TARIFA ÁGUA	*TARIFA ESGOTO
Residencial Social	0 a 10	R\$ 11,90	R\$ 13,09
	11 a 25	R\$ 3,34	R\$ 3,67
Residencial	0 a 10	R\$ 63,50	R\$ 69,85
	11 a 25	R\$ 11,64	R\$ 12,80
	26 a 50	R\$ 16,33	R\$ 17,96
	> 50	R\$ 19,57	R\$ 21,53
	0 a 10	R\$ 93,71	R\$ 103,08
Comercial	11 a 50	R\$ 15,55	R\$ 17,11
	> 50	R\$ 19,57	R\$ 21,53
Industrial e Pública	0 a 10	R\$ 93,71	R\$ 103,08
	> 11	R\$ 15,55	R\$ 17,11

\* 110% da tarifa de água

**ANEXO II**  
**Quadro 2: Serviços Complementares.**

SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PREÇO PÚBLICO	PRAZO	PREÇO PÚBLICO
Emissão 2º via de fatura	Extravio	R\$ 5,04	Imediato	R\$ 5,35
	Por culpa da CONCESSIONÁRIA	Gratuito	Imediato	Gratuito
	Emitida pelo usuário por meio de internet ou totem	Gratuito	Imediato	Gratuito
	Corte cavalete - Falta pagamento	R\$ 78,63	48 horas	R\$ 83,52
	Corte cavalete - Sanção regulamentar	R\$ 234,26	15 dias úteis	R\$ 248,83
	Corte cavalete - Corte violado	R\$ 93,70	15 dias úteis	R\$ 99,53
	Corte ramal predial - Falta pagamento	R\$ 130,64	15 dias úteis	R\$ 138,77
	Corte ramal predial - Sanção regulamentar	R\$ 370,86	15 dias úteis	R\$ 393,93
	Corte ramal predial - Ligação by-pass ou clandestina	R\$ 526,68	15 dias úteis	R\$ 559,44
	Sanção regulamentar em unidade cancelada com reincidência	R\$ 741,71	15 dias úteis	R\$ 787,84
Religação	Suspensão indevida	-	15 dias úteis	-
	Vistoria, orientação das instalações de montagem do padrão	Gratuito	5 dias úteis	Gratuito
	Vistoria para atendimentos referente as instalações ligação de água	Gratuito	5 dias úteis	Gratuito
	Via correio	R\$ 1,94	Via Correio	R\$ 2,06
Taxa entrega de fatura	Diâmetro 1/2" e 3/4" em logradouro com asfalto	R\$ 213,21	20 dias úteis	R\$ 226,47
Deslocamento de ramal predial	Diâmetro 1/2" e 3/4" em logradouro sem asfalto	R\$ 153,26	20 dias úteis	R\$ 162,79





SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PREÇO PÚBLICO	PRAZO	PREÇO PÚBLICO
Fornecimento especial de água por carro pipa	Diâmetro 1" em logradouro com asfalto com material fornecido pelo cliente	R\$ 67,26	20 dias úteis	R\$ 71,44
	Diâmetro 1" em logradouro sem asfalto com material fornecido pelo cliente	R\$ 67,26	20 dias úteis	R\$ 71,44
	Diâmetro superior a 1" em logradouro com asfalto com material fornecido pelo cliente	R\$ 84,08	20 dias úteis	R\$ 89,31
	Diâmetro superior a 1" em logradouro sem asfalto com material fornecido pelo cliente	R\$ 84,08	20 dias úteis	R\$ 89,31
	A pedido do cliente para eventos temporários - preço por carga transportada	R\$ 343,18	24 horas	R\$ 364,53
	Interesse da CONCESSIONÁRIA	-	24 horas	-
	Não residencial diâmetro de 1/2" e 3/4" em logradouro com asfalto	R\$ 176,61	15 dias úteis	R\$ 187,60
	Não residencial diâmetro de 1/2" e 3/4" em logradouro sem asfalto	R\$ 176,61	15 dias úteis	R\$ 187,60
	Não residencial diâmetro de 1" em logradouro com asfalto com material fornecido pelo cliente	R\$ 524,14	15 dias úteis	R\$ 556,74
	Não residencial diâmetro de 1" em logradouro sem asfalto com material fornecido pelo cliente	R\$ 524,14	15 dias úteis	R\$ 556,74
Instalação de ligação de água	Residencial - Baixa renda diâmetro de 1/2" e 3/4" em logradouro com asfalto	R\$ 60,63	15 dias úteis	R\$ 64,40
	Residencial - Baixa renda diâmetro de 1/2" e 3/4" em logradouro sem asfalto	R\$ 60,63	15 dias úteis	R\$ 64,40
	Segunda e demais inspeções	R\$ 160,61	15 dias úteis	R\$ 170,60
	Residencial diâmetro de 1/2" e 3/4" em logradouro sem asfalto	R\$ 160,61	15 dias úteis	R\$ 170,60
		R\$ 160,61	15 dias úteis	R\$ 170,60





SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PREÇO PÚBLICO	PRAZO	PREÇO PÚBLICO
	Residencial diâmetro 1" em logradouro com asfalto com material fornecido pelo cliente	R\$ 524,14	15 dias úteis	R\$ 556,74
	Residencial diâmetro 1" em logradouro sem asfalto com material fornecido pelo cliente	R\$ 524,14	15 dias úteis	R\$ 556,74
	Diâmetro nominal 1 1/2" em logradouro com asfalto - material fornecido pelo cliente	R\$ 781,52	15 dias úteis	R\$ 830,13
	Diâmetro nominal 1 1/2" em logradouro sem asfalto - material fornecido pelo cliente	R\$ 781,52	15 dias úteis	R\$ 830,13
	Diâmetro nominal 2" em logradouro com asfalto - material fornecido pelo cliente	R\$ 1.094,71	15 dias úteis	R\$ 1.162,80
	Diâmetro nominal 2" em logradouro sem asfalto - material fornecido pelo cliente	R\$ 1.094,71	15 dias úteis	R\$ 1.162,80
	Diâmetro nominal superior a 2" em logradouro com asfalto - material fornecido pelo cliente	R\$ 2.925,43	15 dias úteis	R\$ 3.107,39
	Diâmetro nominal superior a 2" em logradouro sem asfalto - material fornecido pelo cliente	R\$ 2.928,93	15 dias úteis	R\$ 3.111,11
	Inspeção em serviços de ligação	Gratuito	5 dias úteis	Gratuito
	Segunda e demais inspeções	R\$ 43,36	5 dias úteis	R\$ 46,06
Substituição do cavalete	A pedido do cliente	R\$ 64,07	20 dias úteis	R\$ 68,06
	Diâmetro de 1/2" e 3/4" para aferição a pedido do cliente	R\$ 52,63	10 dias úteis	R\$ 55,90
	Diâmetro de 1" para aferição a pedido do cliente	R\$ 113,01	10 dias úteis	R\$ 120,04
Substituição do hidrômetro	Diâmetro de 1 1/2" para aferição a pedido do cliente	R\$ 179,58	10 dias úteis	R\$ 190,75
	Diâmetro de 2" para aferição a pedido do cliente	R\$ 260,83	10 dias úteis	R\$ 277,05

*[Handwritten signature]*



SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PREÇO PÚBLICO	PRAZO	PREÇO PÚBLICO
Análise de água físico químico	Danificado diâmetro 1/2" e 3/4" capacidade 3 m³/h	R\$ 338,91	10 dias úteis	R\$ 359,99
	Danificado diâmetro 3/4" capacidade 5 m³/h	R\$ 356,58	10 dias úteis	R\$ 378,76
	Danificado diâmetro 1" capacidade 7 m³/h	R\$ 705,58	10 dias úteis	R\$ 749,47
	Danificado diâmetro 1" capacidade 10 m³/h	R\$ 676,96	10 dias úteis	R\$ 719,07
	Danificado diâmetro 2" capacidade 30 m³/h	R\$ 1.617,74	10 dias úteis	R\$ 1.718,36
	Danificado diâmetro 2" capacidade 300 m³/h	R\$ 3.424,87	10 dias úteis	R\$ 3.637,90
	Danificado diâmetro 3" capacidade 1100 m³/h	R\$ 4.680,87	10 dias úteis	R\$ 4.972,02
	Danificado diâmetro 4" capacidade 1800 m³/h	R\$ 6.723,90	10 dias úteis	R\$ 7.142,13
	Danificado diâmetro 6" capacidade 4000 m³/h	R\$ 23.027,28	10 dias úteis	R\$ 24.459,58
	Invertido consumidor normal	R\$ 304,95	10 dias úteis	R\$ 323,92
	Invertido grande consumidor	R\$ 304,95	10 dias úteis	R\$ 323,92
	Por furto/roubo - Com B.O.	R\$ 341,79	10 dias úteis	R\$ 363,05
	Manutenção corretiva (desgaste)	Gratuito	10 dias úteis	Gratuito
	Laçre violado	R\$ 50,73	10 dias úteis	R\$ 53,89
	Acidez	R\$ 26,10	24 horas	R\$ 27,72
	Alcalinidade fenofaleína	R\$ 26,10	24 horas	R\$ 27,72
	Alcalinidade total metiorange	R\$ 26,10	24 horas	R\$ 27,72
Análise de água físico químico	Alumínio residual	R\$ 40,74	24 horas	R\$ 43,27
	Bióxido / Carbono	R\$ 12,56	24 horas	R\$ 13,34
	Cálculo	R\$ 12,56	24 horas	R\$ 13,34
	Cloritos	R\$ 26,10	24 horas	R\$ 27,72
	Cloro residual	R\$ 26,10	24 horas	R\$ 27,72



SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PREÇO PÚBLICO	PRAZO	PREÇO PÚBLICO
	Condutância específica	R\$ 26,10	24 horas	R\$ 27,72
	Contagem padrão / placa	R\$ 181,65	24 horas	R\$ 192,95
	Cor aparente	R\$ 26,10	24 horas	R\$ 27,72
	Cor verdadeira	R\$ 26,10	24 horas	R\$ 27,72
	Dureta total	R\$ 26,10	24 horas	R\$ 27,72
	Dureza cálcio	R\$ 12,56	24 horas	R\$ 13,34
	Dureza magnésio	R\$ 12,56	24 horas	R\$ 13,34
	Ferro	R\$ 40,74	24 horas	R\$ 43,27
	Fluoreto	R\$ 40,74	24 horas	R\$ 43,27
	Fosfato total	R\$ 196,76	24 horas	R\$ 209,00
	Magnésio	R\$ 40,74	24 horas	R\$ 43,27
	Nitratos	R\$ 62,22	24 horas	R\$ 66,09
	Nitritos	R\$ 62,22	24 horas	R\$ 66,09
	Oxigênio consumido/Meio ácido	R\$ 40,74	24 horas	R\$ 43,27
	Oxigênio dissolvido	R\$ 40,74	24 horas	R\$ 43,27
	pH	R\$ 26,10	24 horas	R\$ 27,72
	Sólidos sedimentáveis	R\$ 39,83	24 horas	R\$ 42,31
	Sólidos totais dissolvidos / 105 °C	R\$ 46,12	24 horas	R\$ 48,99
	Sólidos totais fixos / 550 °C	R\$ 46,12	24 horas	R\$ 48,99
	Sólidos totais voláteis / 550 °C	R\$ 69,12	24 horas	R\$ 73,42
	Sólidos totais / 105 °C	R\$ 37,04	24 horas	R\$ 39,34
	Sólidos suspensos voláteis / 550 °C	R\$ 26,10	24 horas	R\$ 27,72
	Sulfato total	R\$ 46,45	24 horas	R\$ 49,34

*[Handwritten signature]*



SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PREÇO PÚBLICO	PRAZO	PREÇO PÚBLICO
	Temperatura	R\$ 4,55	24 horas	R\$ 4,83
	Turbidez	R\$ 26,10	24 horas	R\$ 27,72
Análise bacteriológica	Determinação número mais provável de coliformes totais /E. coli	R\$ 365,70	24 horas	R\$ 388,45
Conserto cavalete	Danificado	R\$ 31,82	48 horas	R\$ 33,80
	Diâmetro nominal superior a 2" - Material fornecido pelo cliente	-	20 dias úteis	-
	Diâmetro nominal 1 1/2" - Material fornecido pelo cliente	-	20 dias úteis	-
	Diâmetro nominal 1 1/2" e 3/4"	R\$ 63,85	20 dias úteis	R\$ 67,82
	Diâmetro nominal 1" - Material fornecido pelo cliente	R\$ 63,85	20 dias úteis	R\$ 67,82
	Diâmetro nominal 6" material fornecido pela CONCESSIONÁRIA	R\$ 1.202,48	15 dias úteis	R\$ 1.277,27
	Diâmetro nominal 6" material fornecido pelo cliente	R\$ 134,08	15 dias úteis	R\$ 142,42
	Diâmetro nominal 4" material fornecido pela CONCESSIONÁRIA	R\$ 92,31	15 dias úteis	R\$ 98,05
	Diâmetro nominal 4" material fornecido pelo cliente	R\$ 143,56	15 dias úteis	R\$ 152,49
	Imóvel com 1 economia	-	24 horas	-
	Imóvel com 2 ou mais economias	-	24 horas	-
	Diâmetro nominal superior a 6" localidade com asfalto / material fornecido pelo cliente	-	15 dias úteis	-
	Diâmetro nominal superior a 6" localidade sem asfalto / material fornecido pelo cliente	-	15 dias úteis	-

*[Assinatura]*





SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PREÇO PÚBLICO	PRAZO	PREÇO PÚBLICO
Ligação de esgoto instalação	Diâmetro nominal 6" localidade com asfalto / material fornecido pelo cliente	-	15 dias úteis	-
	Diâmetro nominal 6" localidade com asfalto / material fornecido pela CONCESSIONÁRIA	-	15 dias úteis	-
	Diâmetro nominal 6" localidade sem asfalto / material fornecido pelo cliente	-	15 dias úteis	-
	Diâmetro nominal 6" localidade sem asfalto / material fornecido pela CONCESSIONÁRIA	-	15 dias úteis	-
	Não residencial diâmetro nominal 4" localidade com asfalto / material fornecido pela CONCESSIONÁRIA	-	15 dias úteis	-
	Não residencial diâmetro nominal 4" localidade com asfalto / material fornecido pelo cliente	-	15 dias úteis	-
	Não residencial diâmetro nominal 4" localidade sem asfalto / material fornecido pela CONCESSIONÁRIA	-	15 dias úteis	-
	Não residencial diâmetro nominal 4" localidade sem asfalto / material fornecido pelo cliente	-	15 dias úteis	-
	Residencial baixa renda diâmetro nominal 4" localidade com asfalto	-	15 dias úteis	-
	Residencial baixa renda diâmetro nominal 4" localidade sem asfalto	-	15 dias úteis	-
	Residencial diâmetro nominal 4" localidade com asfalto / material fornecido pela CONCESSIONÁRIA	-	15 dias úteis	-

Handwritten signature

SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PREÇO PÚBLICO	PRAZO	PREÇO PÚBLICO
Rede de esgoto substituição	Residencial diâmetro nominal 4" localidade com asfalto / material fornecido pelo cliente	-	15 dias úteis	-
	Residencial diâmetro nominal 4" localidade sem asfalto / material fornecido pela CONCESSIONÁRIA	-	15 dias úteis	-
	Residencial diâmetro nominal 4" localidade sem asfalto / material fornecido pelo cliente	-	15 dias úteis	-
	Caixa de passagem diâmetro nominal superior a 6" localidade com asfalto material fornecido pelo cliente	R\$ 133,83	15 dias úteis	R\$ 142,15
	Caixa de passagem diâmetro nominal superior a 6" localidade sem asfalto material fornecido pelo cliente	R\$ 133,83	15 dias úteis	R\$ 142,15
	Caixa de passagem diâmetro nominal 4" localidade com asfalto material fornecido pelo cliente	R\$ 133,83	15 dias úteis	R\$ 142,15
	Caixa de passagem diâmetro nominal superior a 4" localidade com asfalto material fornecido pela CONCESSIONÁRIA	R\$ 433,77	15 dias úteis	R\$ 460,75
	Caixa de passagem diâmetro nominal 6" localidade com asfalto material fornecido pelo cliente	R\$ 133,83	15 dias úteis	R\$ 142,15
	Caixa de passagem diâmetro nominal 6" localidade sem asfalto material fornecido pelo cliente	R\$ 133,83	15 dias úteis	R\$ 142,15
	Caixa de passagem diâmetro nominal 6" localidade sem asfalto material fornecido pelo cliente	R\$ 133,83	15 dias úteis	R\$ 142,15







SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PREÇO PÚBLICO	PRAZO	PREÇO PÚBLICO
	Caixa de passagem diâmetro nominal 6" material fornecido pela CONCESSIONÁRIA	R\$ 1.202,48	15 dias úteis	R\$ 1.277,27
	Reposição da tampa da caixa de inspeção danificada	R\$ 212,53	15 dias úteis	R\$ 225,75
	Para processo do Habite-se	R\$ 38,21	15 dias úteis	R\$ 40,59
Rede de esgoto declaração	Ligação de água	R\$ 160,63	15 dias úteis	R\$ 170,62
Consulta viabilidade	Ligação de esgoto	R\$ 160,63	15 dias úteis	R\$ 170,62
Análise de projeto	Projeto hidrosanitário	R\$ 240,94	15 dias úteis	R\$ 255,93

*[Handwritten signature]*



ANEXO III

Quadro 3: Sanções Regulamentares.

DESCRIÇÃO	MULTA PARA UNIDADE COM ATÉ 4 ECONOMIAS (R\$)	R\$
Intervenção nas instalações dos Sistemas Públicos de Água e Esgotos que possam afetar a eficiência dos serviços;	Residencial	R\$ 545,61
	Comercial	R\$ 805,41
	Industrial	R\$ 805,41
	Poder Público	R\$ 805,41
	Residencial	R\$ 545,61
Instalação hidráulica predial de água ligada à rede pública interligada com abastecimento de água alimentada por outras fontes;	Comercial	R\$ 805,41
	Industrial	R\$ 805,41
	Poder Público	R\$ 805,41
	Residencial	R\$ 545,61
	Comercial	R\$ 805,41
Lançamento de despejos na rede pública de esgotamento sanitário que, por suas características, exijam tratamento prévio;	Industrial	R\$ 805,41
	Poder Público	R\$ 805,41
	Residencial	R\$ 545,61
	Comercial	R\$ 805,41
	Industrial	R\$ 805,41
Derivação do ramal predial antes do hidrômetro (by pass);	Poder Público	R\$ 805,41
	Residencial	R\$ 545,61
	Comercial	R\$ 805,41
	Industrial	R\$ 805,41
	Poder Público	R\$ 805,41
Danificação propositada, inversão ou supressão do hidrômetro;	Residencial	R\$ 363,73
	Comercial	R\$ 536,95
	Industrial	R\$ 536,95

*[Assinatura]*



DESCRIÇÃO	MULTA PARA UNIDADE COM ATÉ 4 ECONOMIAS (R\$)	R\$
Ligação clandestina de água e esgoto;	Poder Publico	R\$ 536,95
	Residencial	R\$ 545,61
	Comercial	R\$ 805,41
	Industrial	R\$ 805,41
	Poder Publico	R\$ 805,41
Instalação de bomba ou quaisquer dispositivos no ramal predial ou na rede de distribuição, exceto supressores de ar;	Residencial	R\$ 363,73
	Comercial	R\$ 536,95
	Industrial	R\$ 536,95
	Poder Publico	R\$ 536,95
	Residencial	R\$ 363,73
Lançamento de águas pluviais nas instalações ou nos coletores prediais de esgotos sanitários;	Comercial	R\$ 536,95
	Industrial	R\$ 536,95
	Poder Publico	R\$ 536,95
Restabelecimento irregular do abastecimento de água em ligações cortadas no cavalete;	Residencial	R\$ 363,73
	Comercial	R\$ 536,95
	Industrial	R\$ 536,95
	Poder Publico	R\$ 536,95
Restabelecimento irregular do abastecimento de água em ligações cortadas no ramal;	Residencial	R\$ 545,61
	Comercial	R\$ 805,41
	Industrial	R\$ 805,41
	Poder Publico	R\$ 805,41
	Residencial	R\$ 181,87



DESCRIÇÃO	MULTA PARA UNIDADE COM ATÉ 4 ECONOMIAS (R\$)	R\$
Interligação de instalações prediais de água, entre imóveis distintos com débito;	Comercial	R\$ 268,47
	Industrial	R\$ 268,47
	Poder Público	R\$ 268,47
	Residencial	R\$ 363,73
Impedimento voluntário à promoção da leitura do hidrômetro ou à execução de serviços de manutenção do cavalete e hidrômetro pela CONCESSIONÁRIA;	Comercial	R\$ 536,95
	Industrial	R\$ 536,95
	Poder Público	R\$ 536,95
	Residencial	R\$ 363,73
Desperdício de água em períodos oficiais de racionamento;	Comercial	R\$ 536,95
	Industrial	R\$ 536,95
	Poder Público	R\$ 536,95
	Residencial	R\$ 181,87
Violação do lacre da porta caixa ou cubículo de proteção do hidrômetro;	Comercial	R\$ 268,47
	Industrial	R\$ 264,38
	Poder Público	R\$ 268,47
	Residencial	R\$ 181,87
Violação do lacre de proteção do cavalete e do hidrômetro;	Comercial	R\$ 268,47
	Industrial	R\$ 268,47
	Poder Público	R\$ 268,47
	Residencial	R\$ 545,61
Utilização indevida do hidrante instalado na área interna do imóvel;	Comercial	R\$ 805,41
	Industrial	R\$ 805,41
	Industrial	R\$ 805,41



DESCRIÇÃO	MULTA PARA UNIDADE COM ATÉ 4 ECONOMIAS (R\$)	R\$
Ausência de caixa de gordura sifonada na instalação predial interna de esgotos;	poder Publico	R\$ 805,41
	Residencial	R\$ 545,61
	Comercial	R\$ 805,41
	Industrial	R\$ 805,41
	Poder Publico	R\$ 805,41
	Residencial	R\$ 181,87
Interligação de instalações prediais de água em imóveis distintos sem débito;	Comercial	R\$ 268,47
	Industrial	R\$ 268,47
	Poder Publico	R\$ 268,47
	Residencial	R\$ 181,87
	Comercial	R\$ 268,47
	Industrial	R\$ 268,47
Ausência de abrigo de proteção do cavalete e hidrômetro;	Poder Publico	R\$ 268,47
	Residencial	R\$ 181,87
	Comercial	R\$ 268,47
	Industrial	R\$ 268,47
	Poder Publico	R\$ 268,47
	Residencial	R\$ 181,87
Impedimento involuntário à promoção da leitura do hidrômetro ou à execução de serviços de manutenção do cavalete e hidrômetro pela CONCESSIONÁRIA;	Comercial	R\$ 268,47
	Industrial	R\$ 268,47
	Poder Publico	R\$ 268,47
	Residencial	R\$ 363,73
	Comercial	R\$ 536,95
	Industrial	R\$ 536,95
Instalação de aparelhos supressores de ar ou qualquer equipamento instalado nas adjacências do medidor, inclusive na instalação predial, que influencie nas medições metroológicas do equipamento;	Poder Publico	R\$ 536,95
	Residencial	R\$ 363,73
Obstruir o acesso ou bloquear a tampa da Caixa de inspeção de esgoto (CI).	Residencial	R\$ 363,73

*[Handwritten signature]*



DESCRIÇÃO	MULTA PARA UNIDADE COM ATÉ 4 ECONOMIAS (R\$)		R\$
	Comercial		
	Industrial		
	Poder Público		
			R\$ 536,95
			R\$ 536,95
			R\$ 536,95

*[Handwritten signature]*



CINCATARINA

AP23CIN0148\_E-PAL 0101\_16 - SK MATERIAIS PARA ESCRITORIO EIRELI

Publicação Nº 4768469

AP23CIN0148  
DÉCIMO SEXTO TERMO DE APOSTILAMENTO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO ELETRÔNICO 0101/2022-e

ÓRGÃO GERENCIADOR:	CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE:	CAMARA DE VEREADORES DO MUNICIPIO DE CANELINHA, CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JOAÇABA, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE OURO VERDE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARAQUARI, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRAÇO DO TROMBUDO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPAR, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SAO CARLOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO DOMINGOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI, MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ, MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO BARRA DO SUL, MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA, MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, MUNICÍPIO DE CANOINHAS, MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO, MUNICÍPIO DE CAPINZAL, MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, MUNICÍPIO DE CERRO NEGRO, MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO, MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM, MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE, MUNICÍPIO DE ITAIÓPOLIS, MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS, MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS, MUNICÍPIO DE LAGES, MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE, MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL, MUNICÍPIO DE LUZERNA, MUNICÍPIO DE MACIEIRA, MUNICÍPIO DE MAJOR GERCINO, MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, MUNICÍPIO DE MATOS COSTA, MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM, MUNICÍPIO DE ORLEANS, MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, MUNICÍPIO DE PALMEIRA, MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA, MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE, MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO, MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO, MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO, MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA, MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL, MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO DO SUL, MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO, MUNICÍPIO DE TANGARÁ, MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE, MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS, MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL, MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, MUNICÍPIO DE URUBICI, MUNICÍPIO DE ZORTÉA.
FORNECEDOR:	SK MATERIAIS PARA ESCRITORIO EIRELI
ATA:	AT23CIN023607, AT23CIN012436, AT23CIN012438, AT23CIN015893, AT23CIN012448, AT23CIN012449, AT23CIN012452, AT23CIN012453, AT23CIN012456, AT23CIN012463, AT23CIN012466, AT23CIN012450, AT23CIN026229, AT23CIN012479, AT23CIN012484, AT23CIN012485, AT23CIN012489, AT23CIN012501, AT23CIN012502, AT23CIN012510, AT23CIN012511, AT23CIN012512, AT23CIN012516, AT23CIN012526, AT23CIN012529, AT23CIN012530, AT23CIN012531, AT23CIN012532, AT23CIN012533, AT23CIN012537, AT23CIN012539, AT23CIN012542, AT23CIN012545, AT23CIN012546, AT23CIN012550, AT23CIN012552, AT23CIN012566, AT23CIN012569, AT23CIN012570, AT23CIN012572, AT23CIN012573, AT23CIN012574, AT23CIN028413, AT23CIN012577, AT23CIN012578, AT23CIN012579, AT23CIN012581, AT23CIN012582, AT23CIN038739, AT23CIN012586, AT23CIN038740, AT23CIN012593, AT23CIN012595, AT23CIN012596, AT23CIN012599, AT23CIN012601, AT23CIN028723, AT23CIN012605, AT23CIN012607, AT23CIN017735, AT23CIN012618, AT23CIN012620, AT23CIN039051, AT23CIN012622, AT23CIN012624, AT23CIN012630, AT23CIN012631, AT23CIN012633, AT23CIN012639, AT23CIN012640, AT23CIN028414, AT23CIN012643, AT23CIN012644, AT23CIN012645, AT23CIN012655.
OBJETO:	REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Materiais Saneantes para Higiениzação, Limpeza e Correlatos.
VALIDADE FINAL ARP:	17/01/2024
LICITAÇÃO:	e-PAL nº 0101/2022 – Pregão, na forma Eletrônica, nº 0078/2022 – Registro de Preço

Art. 1º - Fica alterado por apostilamento a marca do item das Atas de Registro de Preços em epígrafe, conforme tabela abaixo:

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA ANTERIOR	MARCA ATUALIZADA
167	Unidade	Vassoura de pelo tipo bola, cabo fabricado em madeira plastificada com comprimento mínimo de 120cm. Base com laterais arredondadas com largura mínima de 30cm. (CIN19279)	GOULART	FIBRAFIL

Art. 2º - O presente termo de apostilamento tem como base resposta à correspondência enviada em 02/03/2023 pela empresa SK MATERIAIS PARA ESCRITORIO EIRELI.  
Art. 3º - Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições constantes das Atas de Registro de Preços que não colidirem com as modificações no presente instrumento.

Florianópolis (SC), 04 de maio de 2023.  
ELÔI RÖNNAU  
DIRETOR EXECUTIVO  
Órgão Gerenciador

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

AP23CIN0149\_E-PAL 0102\_2 - FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA

Publicação Nº 4768538

AP23CIN0149  
SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO ELETRÔNICO 0102/2022-e

ÓRGÃO GERENCIADOR:	CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE:	CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABELARDO LUZ, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPARG, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO LOPES, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BR, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO NEGRINHO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO DOMINGOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LUDGERO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA, MUNICÍPIO DE AGRONOMICA, MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, MUNICÍPIO DE ALFREDO WAGNER, MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA, MUNICÍPIO DE BARRA BONITA, MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS, MUNICÍPIO DE CAIBI, MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO, MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, MUNICÍPIO DE DONA EMMA, MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA, MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, MUNICÍPIO DE ITAIÓPOLIS, MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, MUNICÍPIO DE JOAÇABA, MUNICÍPIO DE LAGES, MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES, MUNICÍPIO DE LUZERNA, MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO, MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA, MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, MUNICÍPIO DE OURO VERDE, MUNICÍPIO DE PALMEIRA, MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE, MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE, MUNICÍPIO DE PORTO BELO, MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO, MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS, MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, MUNICÍPIO DE SALETE, MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA, MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA, MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, MUNICÍPIO DE SÃO LUDGERO, MUNICÍPIO DE SEARA, MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, MUNICÍPIO DE TANGARÁ, MUNICÍPIO DE TREVISÓ, MUNICÍPIO DE TREZE DE MAIO, MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL, MUNICÍPIO DE URUSSANGA, MUNICÍPIO DE VIDEIRA, MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES, MUNICÍPIO DE XAVANTINA.
FORNECEDOR:	FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA
ATA:	AT22CIN151128, AT22CIN151129, AT22CIN151131, AT22CIN151133, AT22CIN151134, AT23CIN003725, AT22CIN151136, AT22CIN151137, AT22CIN151138, AT22CIN151139, AT22CIN151140, AT22CIN151142, AT22CIN152706, AT22CIN151143, AT22CIN151144, AT22CIN151145, AT22CIN151146, AT23CIN038854, AT22CIN151147, AT22CIN151149, AT22CIN151150, AT22CIN151151, AT22CIN151152, AT22CIN151153, AT22CIN151155, AT22CIN151156, AT22CIN151157, AT22CIN151159, AT22CIN151161, AT22CIN151162, AT23CIN036531, AT22CIN151168, AT22CIN151169, AT22CIN151170, AT22CIN151171, AT22CIN151172, AT22CIN151173, AT22CIN151174, AT22CIN151175, AT22CIN151179, AT22CIN151180, AT22CIN151181, AT22CIN151182, AT22CIN151183, AT22CIN151184, AT22CIN151185, AT22CIN151187, AT22CIN151188, AT23CIN007343, AT22CIN151189, AT22CIN151190, AT22CIN151191, AT22CIN151192, AT23CIN030104, AT22CIN151193, AT22CIN151194, AT22CIN151195, AT22CIN151196, AT22CIN151198, AT22CIN151199, AT22CIN151200, AT22CIN151201, AT22CIN151202, AT22CIN151203, AT23CIN037780, AT22CIN151205, AT22CIN151206, AT22CIN151207.
OBJETO:	REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Veículos tipo van minibus e transformação para acessibilidade.
VALIDADE FINAL ARP:	19/12/2023
LICITAÇÃO:	e-PAL nº 0102/2022 – Pregão, na forma Eletrônica, nº 0080/2022 – Registro de Preço

Art. 1º - Fica alterado por apostilamento o modelo do item das Atas de Registro de Preços em epígrafe, conforme tabela abaixo:

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA ANTERIOR	MARCA ATUALIZADA
2	Unidade	Veículo automotor minibus teto alto com no mínimo 17 + 1 lugares - tipo b. Conforme características mínimas descritas na folha de dados. (CIN19248)	FORD TRANSIT MINIBUS L4H3 17+1 LUGARES - 2022/2023	FORD TRANSIT MINIBUS L4H3 17+1 LUGARES - 2023/2023

Art. 2º - O presente termo de apostilamento tem como base resposta à correspondência enviada em 28/04/2023 pela empresa FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA.

Art. 3º - Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições constantes das Atas de Registro de Preços que não colidirem com as modificações no presente instrumento.

Florianópolis (SC), 04 de maio de 2023.

ELÓI RÖNNAU  
DIRETOR EXECUTIVO  
Órgão Gerenciador

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

AP23CIN0150\_E-PAL 0098\_3 - VIPH IT COMÉRCIO E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA EIRELI

Publicação Nº 4768540

AP23CIN0150

TERCEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO ELETRÔNICO 0098/2022-e

ÓRGÃO GERENCIADOR:	CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE:	CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ABELARDO LUZ, FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRAÇO DO TROMBUDO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE, FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PENHA, FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO LUDGERO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA, MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA, MUNICÍPIO DE CALMON, MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ, MUNICÍPIO DE GRAVATAL, MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ, MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE, MUNICÍPIO DE IBIRAMA, MUNICÍPIO DE IMARUÍ, MUNICÍPIO DE JAGUARUNA, MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS, MUNICÍPIO DE LAGES, MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA, MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM, MUNICÍPIO DE PALMEIRA, MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE, MUNICÍPIO DE PONTE ALTA, MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE, MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, MUNICÍPIO DE SALETE, MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO DO SUL, MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, MUNICÍPIO DE SEARA, MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL, MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, MUNICÍPIO DE URUPEMA, MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA, MUNICÍPIO DE VIDEIRA.
FORNECEDOR:	VIPH IT COMÉRCIO E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA EIRELI
ATA:	AT23CIN003242, AT23CIN003246, AT23CIN003258, AT23CIN003260, AT23CIN003267, AT23CIN003269, AT23CIN016275, AT23CIN003275, AT23CIN019683, AT23CIN003287, AT23CIN030703, AT23CIN003295, AT23CIN003301, AT23CIN003310, AT23CIN003313, AT23CIN003314, AT23CIN003316, AT23CIN003317, AT23CIN003320, AT23CIN003322, AT23CIN003332, AT23CIN003335, AT23CIN003336, AT23CIN003339, AT23CIN003340, AT23CIN003347, AT23CIN003349, AT23CIN003350, AT23CIN003352, AT23CIN003357, AT23CIN003366, AT23CIN039405, AT23CIN015057, AT23CIN030885, AT23CIN003372, AT23CIN003375, AT23CIN003382, AT23CIN003383, AT23CIN003387, AT23CIN003393, AT23CIN003395, AT23CIN022036, AT23CIN003396, AT23CIN003398.
OBJETO:	REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Notebooks, Tablets e Gabinete de Recarga
VALIDADE FINAL ARP:	04/01/2024
LICITAÇÃO:	e-PAL nº 0098/2022 – Pregão, na forma Eletrônica, nº 0073/2022 – Registro de Preço

Art. 1º - Fica alterado por apostilamento a marca do item das Atas de Registro de Preços em epígrafe, conforme tabela abaixo:

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA ANTERIOR	MARCA ATUALIZADA
20	Unidade	Notebook (tela: 14"; resolução: full HD; CPU: 4 núcleos; 8 threads; memória: 8gb; armazenamento: 512gb [ssd]; microsoft windows; conectividade: wi-fi e cabo). Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN18268)	NOTEBOOK COM AS SEGUINTE CONFIGURAÇÕES: MARCA: ACER. MODELO: ASPIRE 5 A514-54-789C. TELA: 14" FULL HD ANTI-REFLEXO. PROCESSADOR: INTEL CORE I7-1165G7. MEMÓRIA: 8GB DDR4. ARMAZENAMENTO: 512GB SSD M.2 NVME. SISTEMA: MICROSOFT WINDOWS 11 HOME (64 BITS). ACOMPANHA CARREGADOR BIVOLT.	NOTEBOOK COM AS SEGUINTE CONFIGURAÇÕES: MARCA: VAIO. MODELO: FE14. TELA: 14" FULL HD ANTI-REFLEXO. PROCESSADOR: INTEL CORE I5-1235U. MEMÓRIA: 8GB DDR4. ARMAZENAMENTO: 512GB SSD M.2 NVME. SISTEMA: MICROSOFT WINDOWS 11 HOME (64 BITS). ACOMPANHA CARREGADOR BIVOLT.

Art. 2º - O presente termo de apostilamento tem como base resposta à correspondência enviada em 31/03/2023 pela empresa VIPH IT COMÉRCIO E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA EIRELI.

Art. 3º - Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições constantes das Atas de Registro de Preços que não colidirem com as modificações no presente instrumento.

Florianópolis (SC), 04 de maio de 2023.

ELÓI RÖNNAU  
DIRETOR EXECUTIVO  
Órgão Gerenciador

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

AP23CIN0151\_E-PAL 0098\_4 - VIPH IT COMÉRCIO E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA EIRELI

Publicação Nº 4768542

AP23CIN0151

QUARTO TERMO DE APOSTILAMENTO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO ELETRÔNICO 0098/2022-e

ÓRGÃO GERENCIADOR:	CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE:	CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ABELARDO LUZ, FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRAÇO DO TROMBUDO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE, FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PENHA, FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO LUDGERO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA, MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA, MUNICÍPIO DE CALMON, MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ, MUNICÍPIO DE GRAVATAL, MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ, MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE, MUNICÍPIO DE IBIRAMA, MUNICÍPIO DE IMARUÍ, MUNICÍPIO DE JAGUARUNA, MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS, MUNICÍPIO DE LAGES, MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA, MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM, MUNICÍPIO DE PALMEIRA, MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE, MUNICÍPIO DE PONTE ALTA, MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE, MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, MUNICÍPIO DE SALETE, MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO DO SUL, MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, MUNICÍPIO DE SEARA, MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL, MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, MUNICÍPIO DE URUPEMA, MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA, MUNICÍPIO DE VIDEIRA.
FORNECEDOR:	VIPH IT COMÉRCIO E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA EIRELI
ATA:	AT23CIN003242, AT23CIN003246, AT23CIN003258, AT23CIN003260, AT23CIN003267, AT23CIN003269, AT23CIN016275, AT23CIN003275, AT23CIN019683, AT23CIN003287, AT23CIN030703, AT23CIN003295, AT23CIN003301, AT23CIN003310, AT23CIN003313, AT23CIN003314, AT23CIN003316, AT23CIN003317, AT23CIN003320, AT23CIN003322, AT23CIN003332, AT23CIN003335, AT23CIN003336, AT23CIN003339, AT23CIN003340, AT23CIN003347, AT23CIN003349, AT23CIN003350, AT23CIN003352, AT23CIN003357, AT23CIN003366, AT23CIN039405, AT23CIN015057, AT23CIN030885, AT23CIN003372, AT23CIN003375, AT23CIN003382, AT23CIN003383, AT23CIN003387, AT23CIN003393, AT23CIN003395, AT23CIN022036, AT23CIN003396, AT23CIN003398.
OBJETO:	REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Notebooks, Tablets e Gabinete de Recarga
VALIDADE FINAL ARP:	04/01/2024
LICITAÇÃO:	e-PAL nº 0098/2022 – Pregão, na forma Eletrônica, nº 0073/2022 – Registro de Preço

Art. 1º - Fica alterado por apostilamento o valor do item das Atas de Registro de Preços em epígrafe, conforme tabela abaixo:

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR ANTERIOR	VALOR ATUALIZADO
20	Unidade	Notebook (tela: 14"; resolução: full HD; CPU: 4 núcleos; 8 threads; memória: 8gb; armazenamento: 512gb [ssd]; microsoft windows; conectividade: wi-fi e cabo). Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN18268)	R\$ 4.341,86	R\$ 4.208,67

Art. 2º - O presente termo de apostilamento tem como base a Decisão de Negociação de Valores com o fornecedor VIPH IT COMÉRCIO E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA EIRELI em 18/04/2023.

Art. 3º - Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições constantes das Atas de Registro de Preços que não colidirem com as modificações no presente instrumento.

Florianópolis (SC), 04 de maio de 2023.  
ELÓI RÖNNAU  
DIRETOR EXECUTIVO  
Órgão Gerenciador

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

EXTRATO DO CONTRATO CT23CIN0029 - MORE SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA

Publicação Nº 4768128

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 4FF78953F8DD80550C8B63B66FBE7CFCC75C6366  
CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
EXTRATO DO CONTRATO CT23CIN0029  
CONTRATANTE: Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA  
CONTRATADA: MORE SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA  
OBJETO: Contratação de empresas especializadas para a execução de serviços comuns de engenharia para SINALIZAÇÃO VIÁRIA VERTICAL E HORIZONTAL, nos espaços públicos, rodovias, estradas, ruas e avenidas municipais e/ou municipalizadas, localizadas nos Municípios consorciados e identificados neste Edital, conforme especificações constantes no Termo de Referência que compõe o ANEXO I deste Edital.  
Valor Total: R\$ 19.541.450,00 (Dezenove milhões e quinhentos e quarenta e um mil e quatrocentos e cinquenta reais).

Data: 03.05.2023 Vigência: 03.05.2023 a 02.05.2024  
Processo Administrativo Licitatório Eletrônico nº 0043/2023-e  
Pregão Eletrônico nº 0031/2023.  
Florianópolis (SC), 05 de maio de 2023.  
Elói Rönna  
Diretor Executivo do CINCATARINA

**EXTRATO DO CONTRATO CT23CIN0030 - SINALINDS TECNOLOGIA EM SINALIZAÇÃO LTDA**

Publicação Nº 4768183

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) BD49D66A4D525AC2350736C473634634D10EFC68  
CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
EXTRATO DO CONTRATO CT23CIN0030  
CONTRATANTE: Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA  
CONTRATADA: SINALINDS TECNOLOGIA EM SINALIZAÇÃO LTDA  
OBJETO: Contratação de empresas especializadas para a execução de serviços comuns de engenharia para SINALIZAÇÃO VIÁRIA VERTICAL E HORIZONTAL, nos espaços públicos, rodovias, estradas, ruas e avenidas municipais e/ou municipalizadas, localizadas nos Municípios consorciados e identificados neste Edital, conforme especificações constantes no Termo de Referência que compõe o ANEXO I deste Edital. Valor Total: R\$ 29.999.999,85 (Vinte e nove milhões e novecentos e novena e novel mil novecentos e noventa e nove reais com oitenta e cinco centavos).  
Data: 03.05.2023 Vigência: 03.05.2023 a 02.05.2024  
Processo Administrativo Licitatório Eletrônico nº 0043/2023-e  
Pregão Eletrônico nº 0031/2023.  
Florianópolis (SC), 05 de maio de 2023.  
Elói Rönna  
Diretor Executivo do CINCATARINA

**EXTRATO DO CONTRATO CT23CIN0031 - SINASC SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS LTDA**

Publicação Nº 4768186

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 0F0300B6EE7BCB548EAD3690ACA19C1BCB37878F  
CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
EXTRATO DO CONTRATO CT23CIN0031  
CONTRATANTE: Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA  
CONTRATADA: SINASC SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS LTDA  
OBJETO: Contratação de empresas especializadas para a execução de serviços comuns de engenharia para SINALIZAÇÃO VIÁRIA VERTICAL E HORIZONTAL, nos espaços públicos, rodovias, estradas, ruas e avenidas municipais e/ou municipalizadas, localizadas nos Municípios consorciados e identificados neste Edital, conforme especificações constantes no Termo de Referência que compõe o ANEXO I deste Edital. Valor Total: R\$ 22.001.783,62 (Vinte e dois milhões e um mil e setecentos e oitenta e três reais com sessenta e dois centavos).  
Data: 03.05.2023 Vigência: 03.05.2023 a 02.05.2024  
Processo Administrativo Licitatório Eletrônico nº 0043/2023-e  
Pregão Eletrônico nº 0031/2023.  
Florianópolis (SC), 05 de maio de 2023.  
Elói Rönna  
Diretor Executivo do CINCATARINA



**CISAMA****DISPENSA DE LICITAÇÃO 01.2023**

Publicação Nº 4768007

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 01/2023  
Nº 01/2023 – CISAMA

O Presidente da Comissão de Licitação, em cumprimento a ratificação procedida pelo Presidente do CISAMA, pela emissão da DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO, faz publicar o presente extrato. OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE SOM, ILUMINAÇÃO, E ESTRUTURAS NO MERCADO PÚBLICO, EM LAGES/SC.

CONTRATADAS: HARMONY SONORIZAÇÃO, inscrita sob o CNPJ: 07.572.870/0001-84, localizada na Rua Luiz Delfino, 153, Centro – CEP 88509-050 – Lages – SC.

Valor – R\$ 7.200,00 (SETE MIL E DUZENTOS REAIS).

A rubrica orçamentária a ser utilizada será conforme abaixo:

ÓRGÃO: CISAMA

UNIDADE: CISAMA

Projeto Atividade: 1.009 – Infra-estrutura, desenv. Econ. E turismo

Dotação: ( ) 3.3.90.30.00.00.00.02.0034 – Aplicações diretas

Fonte de Recursos relativos ao Convênio 898706/2020 – União – Ministério do turismo.

Lages (SC), 26 de janeiro de 2023.

Luciano Anziliero

Presidente da Comissão Licitação.

**CISAMARP****BILOUS E BALBISAN CLÍNICA MÉDICA POPULAR LTDA (CAÇADOR) - 1º TERMO SUPRESSIVO**

Publicação Nº 4768701

**1º TERMO SUPRESSIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 225/2021**

Pelo presente instrumento de Aditivo, de um lado o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe – CISAMARP, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.023.771/0001-10, com sede à Rodovia Municipal José Gheller, nº 501, Bairro Santa Lúcia, CEP: 89.565-453, Município de Videira/SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Claudir Duarte e de outro lado o BILOUS E BALBISAN CLÍNICA MÉDICA POPULAR LTDA (CAÇADOR), CNPJ 31.046.294/0001-16, situado na Av. Barão Do Rio Branco, nº 80, Centro, Caçador/SC, neste ato representado pela sua representante legal, Daiane Bilous Balbisan, considerando a concordância e o interesse das partes, resolvem, de comum acordo, alterar o Contrato de Prestação de Serviço 225/2021, conforme as Cláusulas a seguir especificadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

SUPRIMIR da lista de procedimentos da CLÁUSULA TERCEIRA do Contrato de Prestação de Serviço, o(s) seguinte(s) procedimento(s):

PROCEDIMENTO	CODIGO SUS	VALOR CIS
ECODOPPLER CAROTIDAS E ARTERIAS VERTEBRAIS	9016481	R\$ 198,00
ULTRASSONOGRAMA DE MAMAS (BILATERAL)	0205020097	R\$ 69,00
ULTRASSONOGRAMA DOPPLER COLORIDO DE ORGAO OU ESTRUTURA ISOLADA	1080301313	R\$ 128,00
ULTRASSONOGRAMA DOPPLER DE ABDOMEN INFERIOR	1080301304	R\$ 128,00
ULTRASSONOGRAMA DOPPLER DE BOLSA ESCROTAL	90421930	R\$ 128,00
ULTRASSONOGRAMA DOPPLER DE ABDOMEN SUPERIOR	9016937	R\$ 128,00
ULTRASSONOGRAMA DOPPLER DE ABDOMEN TOTAL	1080301303	R\$ 165,00
ULTRASSONOGRAMA DOPPLER DE MAMAS	9016627	R\$ 128,00
ULTRASSONOGRAMA DOPPLER DE PROSTATA	9016910	R\$ 128,00
ULTRASSONOGRAMA DOPPLER DE TIREOIDE	9016902	R\$ 128,00
ULTRASSONOGRAMA DOPPLER TRANSVAGINAL	9016856	R\$ 128,00
ULTRASSONOGRAMA OBSTETRICA C/ DOPPLER COLORIDO E PULSADO	0205020151	R\$ 128,00
ULTRASSONOGRAMA OBSTETRICA MORFOLOGICA	90026	R\$ 128,00
ULTRASSONOGRAMA OBSTETRICA MORFOLOGICA COM DOPPLER	9016708	R\$ 128,00



**CLÁUSULA SEGUNDA**

O presente aditivo terá vigência a partir de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

**CLÁUSULA TERCEIRA**

Para todos os fins de direito, excetuada a modificação constante da condição acima aditada, ficam ratificadas todas as demais disposições do Contrato de prestação de serviços 225/2021, firmado entre as partes.

E, por estarem justos e acertados, assinam o presente.

Videira/SC, 02 de maio de 2023.

Claudir Duarte Daiane Bilous Balbisan  
Presidente CISAMARP Representante Legal

**EXTRATO DO CONTRATO 13/2023 TAIRINE PREZZI CLÍNICA DERMATOLÓGICA LTDA - JOAÇABA**

Publicação Nº 4767306

**EXTRATO DO CONTRATO 13/2023**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CISAMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede à Rodovia Municipal José Gheller, nº 501, Bairro Santa Lúcia, CEP: 89.565-453, Município de Videira/SC, neste ato representado pelo seu presidente, Sr. Claudir Duarte, prefeito do município de Ouro/SC, denominado CONTRATANTE e TAIRINE PREZZI CLÍNICA DERMATOLÓGICA LTDA, CNPJ: 48.436.669/001-57, com endereço na Av. Barão do Rio Branco 552, sala 03, primeiro andar Instituto Coração e saúde, CEP: 89600-000, Joaçaba/SC, neste ato representada pelo seu representante legal, Tairine Prezzi, denominada CONTRATADA.

Espécie: Contrato de Prestação de Serviços.

Objeto: Tem como objeto a prestação de serviços na área de Dermatologia.

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Prazos: Inicia-se em 03 de maio de 2023, encerrando-se em 31 de dezembro de 2023.

Valor: Conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CISAMARP.

Data: 05/03/2023.

Signatários: Prefeito Claudir Duarte, contratante e Tairine Prezzi, contratada.

**RESOLUÇÃO CREDENCIAMENTO Nº 33-2023 TAIRINE PREZZI CLINICA DERMATOLOGICA LTDA - JOAÇABA**

Publicação Nº 4767256

**RESOLUÇÃO Nº 33/2023**

DISPÕE SOBRE O CREDENCIAMENTO DE PRESTADOR PARA O ANO DE 2023.

Claudir Duarte, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe – CISAMARP, Prefeito do município de Ouro, usando da competência que lhe confere Art. 19, inciso XI do Contrato de Consórcio do CISAMARP:

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica credenciado o prestador de serviços homologa TAIRINE PREZZI CLÍNICA DERMATOLÓGICA LTDA, CNPJ: 48.436.669/001-57, com endereço na Av. Barão do Rio Branco 552, sala 03, primeiro andar Instituto Coração e saúde, CEP: 89600-000, Joaçaba/SC, em conformidade com o Edital 01/2018 para Credenciamento de Serviços do(s) seguinte(s) procedimento(s):

Procedimento	Código	Valor R\$
Consulta Médica em Dermatologia	03.01.01.007-2	110,00
Consulta de Retorno	10.80.30.133-9	00,00
Eletrocoagulação de lesões cutâneas (grupo de 05 lesões)	04.01.01.004-0	140,00
Crioterapia (grupo de 5 lesões)	10.80.30.136-1	100,00
Criocirurgia	10.80.30.136-2	150,00
Biópsias Pele e partes moles (pele, tecido celular ou gânglios subcutâneos, parede abdominal)	02.01.01.037-2	100,00
Cauterização química de pequenas lesões	03.03.08.001-9	435,00

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Videira/SC, 05 de maio de 2023.

Claudir Duarte  
Presidente do CISAMARP

CISAMAVI

PRIMEIRO TERMO ADITIVO ATA 050/2023 - PE 02/2022

Publicação Nº 4767444

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 050/2023  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2022  
TERMO ADITIVO Nº 01

O Consórcio Intermunicipal de Saúde e Multifinalitário do Alto Vale do Itajaí – CISAMAVI, com sede na Rua XV de novembro, 737, bairro Laranjeiras em Rio do Sul /SC, inscrito no CNPJ sob nº 09.069.217/0001-22 neste ato representado pelo seu Presidente Sr. José Eduardo Rothbarth Thomé, doravante denominado CONTRATANTE, nos termos das Leis 8.666/93, 10.520/2002, das Resoluções CISAMAVI nº 021/2009, 040/2014, 040/2015, 060/2016 e a EMPRESA, S & R DISTRIBUIDORA LTDA , sito rua Regente Diogo A. Feijó, 451 D - bairro São Cristovão, no município de Chapecó/SC, inscrito no CNPJ sob nº 04.889.315/0001-92, representada por, Sergio Jacir Portela, com fulcro no item 6.3.4 da Ata de Registro de Preços em epígrafe, acordam alterá-la para INCLUIR do registro do seguinte item:

Item	Especificações	Valor unitário atualizado
072	Brinzolamida 10 mg/mL + Timolol 5 mg/mL, solução oftálmica, frasco com 5 ml, embalagem individual em cartucho	85,080

Ficam ratificadas em todos os termos e condições as demais cláusulas da ata de registro de preços ora aditada, ficando este termo fazendo parte integrante e complementar daquela, a fim de que produzam um só efeito.

Rio do Sul, 05 de maio de 2023

José Eduardo Rothbarth Thomé Presidente do CISAMAVI	S & R DISTRIBUIDORA LTDA
Mariane Fernandes da Rosa Analista de Compras e Licitações	Jamile Rosa Amaral Aux. Administrativo

**CISAMREC****CONVOCAÇÃO EMPRESA SOMA-SC PRODUTOS HOSP. PARA ASSUMIR ITEM 1019 TRAZODONA 50MG**

Publicação Nº 4768221



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMREC - CISAMREC**  
ARARANGUÁ - BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA - BALNEÁRIO GAIVOTA - BALNEÁRIO RINCÃO - COCAL DO SUL - CRICIÚMA -  
ERMO - FORQUILHINHA - IÇARA - JACINTO MACHADO - LAURO MÜLLER - MARACAJÁ - MELEIRO - MORRO DA FUMAÇA -  
MORRO GRANDE - NOVA VENEZA - ORLEANS - PASSO DE TORRES - PRAIA GRANDE - SANTA ROSA DO SUL -  
SÃO JOÃO DO SUL - SIDERÓPOLIS - SOMBRIO - TIMBÉ DO SUL - TREVISÓ - TURVO - URUSSANGA

*Otimizamos os recursos para oferecer atendimento digno e eficaz***PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 006/2022**

Cancelamento de Item

Pregão Eletrônico nº. 002/CISAMREC/2022

ARP nº. 002/CISAMREC/2022

Adjudicatária: **DIMEVA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA****CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO**

Certificamos para os devidos fins, a remessa nesta data para publicação no Diário Oficial dos Municípios-DOM/SC, o teor da decisão do processo administrativo supras, conforme abaixo:

Teor do ato: Visto etc... “nos termos dos autos do processo supra, caracterizado o interesse público de alta relevância, por trata-se de medicamento imprescindível para os tratamentos clínicos de saúde dos usuários do SUS, determino o cancelamento do medicamento **item 1019 TRAZODONA 50MG**, registrado na ARP em epígrafe, para a empresa adjudicatária e, conseqüentemente, convoco a empresa **SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, para assumir o fornecimento do produto licitado, ao preço unitário de **R\$ 0,3200**, com a devida adjudicação na ARP supra, cumprindo-se, desta forma, os princípios constitucionais estampados no Art. 196 e SS da CF/88 e demais preceitos da lei nº. 8.080/90. Ressalta-se, todavia, que o cancelamento do item adjudicado à empresa Requerente na ARP, não representa acordo entre as partes, mas razões de interesse público, devendo as OC's emitidas anteriormente a data do recebimento do pedido de cancelamento, se houver, serem cumpridas pelo preço ofertado e adjudicado no certame, sem prejuízo das sanções decorrentes do descumprimento contratual pactuado na Cláusula 3ª e, conseqüentemente, da aplicabilidade das sanções previstas na Cláusula 9ª da ARP correspondente, se for o caso”. Publique-se, registre-se, cumpra-se e archive-se. Criciúma SC, 05 de maio de 2023.

Dantelino  
Bonetti

Assinado de forma digital  
por Dantelino Bonetti  
Dados: 2023.05.05  
10:39:52 -03'00'

**DANTELINO BONETTI**

Setor de Compras do CISAMREC

Av. Santos Dumont, 1980 – Sala 01A Térreo e Superior - Bairro São Luiz - 88.803-200  
- Criciúma (SC) - Fone: 3045-3192 - CNPJ: 13.791.885/0001-36 – CNES: 7363443 -  
[cisamrec@cisamrec.sc.gov.br](mailto:cisamrec@cisamrec.sc.gov.br)

Página 1 de 1

**CISNORDESTE****RESOLUÇÃO Nº 25/2023**

Publicação Nº 4768167

**RESOLUÇÃO Nº 25/2023.**

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**  
Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville/SC  
Fone/Fax: 47 3422 9838 e 3422 5715  
www.cisnordeste.sc.gov.br

*Dispõe sobre a autorização para abertura de crédito  
suplementar pelo superávit do exercício anterior.*

O Presidente do **Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC**, Sr. Rodrigo Adrianly David, Prefeito Municipal de Garuva, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento às disposições do Contrato de Consórcio Público do CISNORDESTE/SC, considerando as disposições da Lei Federal 11.107/05 e Decreto Federal 6.017/05, resolve expedir a presente resolução:

**Resolve:**

**Art. 1º** - Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar pelo Superávit no valor de R\$ 466.800,21 (quatrocentos e sessenta e seis mil, oitocentos reais e vinte e um centavos) no orçamento vigente do CISNORDESTE/SC.

Fonte de Recurso: 250010020001 - Superávit Próprios do Orçamento Administrativo do Cisordeste	R\$ 466.800,21
---	----------------

**Art. 2º** - As despesas serão realizadas conforme as classificações funcionais programáticas, categorias econômicas e fontes de recursos abaixo discriminadas:

**Órgão 01 – CISNORDESTE****Unidade 01 – CISNORDESTE****Função: 04 ADMINISTRAÇÃO****SubFunção: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL****Programa: 0001 ADMINISTRAÇÃO GERAL****Ação: CONSTRUÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA SEDE DO CISNORDESTE/SC**

Projeto:	CD	FONTE	FIXADO R\$
1.001 Construção e Implementação da Sede do CISNORDESTE/SC	3.4.4.9.0	250010020001	R\$ 466.800,21
Total			R\$ 466.800,21

**Art. 3º** - Esta Resolução passa a vigorar a partir da sua publicação.

Joinville/SC, 19 de abril de 2023.

**Rodrigo Adrianly David**  
Prefeito Municipal de Garuva  
Presidente do CISNORDESTE/SC

**CODEPLAN****1ª ALTERAÇÃO DE CONTRATO DE CONSÓRCIO**

Publicação Nº 4768969

CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PLANALTO NORTE DE SANTA CATARINA - CODEPLAN  
1ª. ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE CONSÓRCIO

Os entes consorciados do CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PLANALTO NORTE - CODEPLAN, deliberaram por unanimidade, dar nova redação ao Contrato de Consórcio Público que passa a ter a seguinte redação:

CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO  
CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PLANALTO NORTE DE SANTA CATARINA - CODEPLAN

**CAPÍTULO I**  
**DENOMINAÇÃO E CONSTITUIÇÃO**

Art. 1º O Consorcio de Desenvolvimento Econômico do Planalto Norte de Santa Catarina – CODEPLAN - é pessoa jurídica de direito público, de natureza autárquica interfederativa, integrando, nos termos da lei, a administração indireta dos entes consorciados, sob a forma de associação pública, inscrito no CNPJ sob o Nº 20.199.198/0001-91, devendo reger-se pelas normas da Constituição da República Federativa do Brasil, e pela Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005 e demais normas pertinentes, pelo presente Contrato de Consórcio Público e pela regulamentação que vier a ser adotada pelos seus órgãos competentes.

Art. 2º Integram o Consorcio de Desenvolvimento Econômico do Planalto Norte de Santa Catarina – CODEPLAN, conforme respectivas leis municipais ratificadoras:

I – O MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 01.612.888/0001-86 , com sede à Rua Estanislau Schumann – 839 - Centro, CEP 89.478-000, conforme Lei Municipal nº 1.025/2014 de 20/03/2014 que ratificou o protocolo de intenções.

II – O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.384/0001-80, com sede à Rua Felipe Schimidt – 10 - Centro, CEP 89.460-000, conforme Lei Municipal nº 5.268/2014 de 13/02/2014 que ratificou o protocolo de intenções.

III – O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.558/0001-05, com sede na Rua Paraná – 200 - , Centro, CEP 89.440-000, conforme Lei Municipal nº 1739/2013 de 06/11/2013 que ratificou o protocolo de intenções.

IV – O MUNICÍPIO DE ITAIÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, incrita no CNPJ sob nº 83.102.517/0001-19, com sede na Av. Getúlio Vargas, nº 308 – Centro, CEP 89.340-000, conforme Lei Municipal nº 849/2019 de 28/05/2019 que ratificou o protocolo de intenções.

V – O MUNICÍPIO DE MAFRA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.509.0001/72, com sede na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº1386 Centro, CEP 89.300-070, conforme Lei Municipal nº 4.404/2019 de 04/07/2019 que ratificou o protocolo de intenções.

VI – O MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.525/0001-65, com sede na Rua Alfredo Becker – 385 - Centro, CEP 89.380-000, conforme Lei Municipal nº 2.274/2013 de 20/12/2023 que ratificou o protocolo de intenções.

VII – O MUNICIPIO DE MAJOR VIEIRA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.392/0001-27, com sede na TV. Otacílio Florentino de Souza, nº 210 – Centro, CEP 89.480-000, conforme Lei Municipal nº 2.274/2013 de 12/08/2013 que ratificou o protocolo de intenções.

VIII – O MUNICÍPIO DE PAPANDUVA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.533/0001-01, com sede na Rua Sergio Glevinski - 134, Centro, CEP 89.370-000, conforme Lei municipal nº 2014 de 14/03/2014 que ratificou o protocolo de intenções.

IX– O MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.541/0001-58 , com sede na Rua Padre Anchieta – 126 -Centro, CEP 89.400-000, conforme Lei municipal nº 4.342 de 08/07/2015 que ratificou o protocolo de intenções.

X– O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.400/0001-35, com sede na Av. Santa Catarina – 616 -Centro, CEP 89.490-000, conforme Lei municipal nº 3.107 de 25/03/2014 que ratificou o protocolo de intenções.

§ 1º - Todos os Municípios criados por desmembramento ou fusão de quaisquer dos Municípios mencionados nos incisos do caput deste artigo poderão consorciar-se mediante ratificação.

§ 2º - Os entes não subscritores do Protocolo de Intenções, poderão, a qualquer tempo ingressar no consórcio, o que se fará através de pedido formal ao Presidente do Consórcio, o qual, uma vez atendidos os requisitos legais do estatuto do consórcio e devidamente aprovado na Assembleia Geral, decidirá pela aceitação do novo consorciado, que deverá providenciar Lei de Ratificação, dotação orçamentária para destinação de recursos financeiros ao consórcio, subscrição dos contratos de programa e celebração dos contratos de rateio.

§3º - Poderá o Estado de Santa Catarina, após ratificação por lei deste Contrato de Consórcio, integrar o CODEPLAN como ente consorciado.

**CAPITULO II**  
**PRAZO, SEDE E ÁREA DE ATUAÇÃO**

Art. 3º - O Consorcio de Desenvolvimento Econômico do Planalto Norte de Santa Catarina – CODEPLAN, vigorará por prazo indeterminado.  
Parágrafo Primeiro: A alteração do Contrato de Consórcio Público dependerá de instrumento aprovado pela Assembleia Geral, e ratificação, através de lei, pela maioria dos entes consorciados.

Parágrafo Segundo: A extinção do Consórcio Público dependerá de instrumento aprovado pela Assembleia Geral, e ratificação, através de lei, por todos os entes consorciados.

Art. 4º. - A sede do Consórcio está situada na Rua Prof. Maria do Espírito Santo - 400 - CEP 89.300-174, Mafra, Estado de Santa Catarina.  
§ 1º. A Assembleia Geral do Consórcio poderá alterar a sede, mediante motivação relevante e plenamente justificada, bem como aprovar sub-sedes operacionais regionais de acordo com a necessidade do Consórcio.

§ 2º. A Assembleia Geral do Consórcio poderá aprovar e instituir sub-sedes operacionais de acordo com a necessidade expressa pela Diretoria Executiva do Consórcio.

Art. 5º. - A área de atuação do consórcio será formada pela soma do território dos municípios que o integram, constituindo-se numa unidade territorial sem limites intermunicipais para as finalidades a que se propõe.

Parágrafo único: Em caso de interesse comum, condicionado a aprovação da Assembleia Geral, o consórcio poderá exercer atividades fora de sua unidade territorial.

### CAPÍTULO III DIREITOS E DEVERES

Art. 6º. - Constituem direitos dos entes consorciados:

I – participar das Assembleias Gerais e discutir os assuntos submetidos à apreciação dos consorciados;

II – votar e ser votado para os cargos do Conselho Administrativo e do Conselho Fiscal;

III – propor medidas que visem atender aos objetivos e interesses dos municípios e ao aprimoramento do consórcio;

IV – compor o Conselho Administrativo ou Conselho Fiscal do consórcio nas condições estabelecidas neste Contrato de Consórcio.

Art. 7º. - Quando adimplente com suas obrigações, qualquer ente consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento do previsto neste Contrato de Consórcio.

Art. 8º. - Constituem deveres dos consorciados:

I – cumprir e fazer cumprir o presente Contrato de Consórcio, em especial, quanto ao pagamento das contribuições previstas no Contrato de Rateio;

II – acatar as determinações da Assembleia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações do Consórcio, em especial ao que determinam os Contratos Administrativos, de Programa quando for o caso e o Contrato de Rateio;

III – cooperar para o desenvolvimento das atividades do Consórcio, bem como, contribuir com a ordem e a harmonia entre os consorciados e colaboradores;

IV – participar ativamente das reuniões e Assembleias Gerais do Consórcio.

### CAPÍTULO IV CRITÉRIOS DE REPRESENTAÇÃO

Art. 9º - O Consorcio de Desenvolvimento Econômico do Planalto Norte de Santa Catarina – CODEPLAN, poderá representar seus integrantes perante a União, os Estados e outros Municípios, bem como seus respectivos órgãos da administração direta e indireta, para tratar de assuntos relacionados com seu objetivo e suas finalidades previstas nos Artigos 10 e 11 deste Contrato de Consórcio, com poderes amplos e irrestritos, nas seguintes ocasiões:

I – firmar Contrato de Programa e Contratos Administrativos;

II – firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas;

III – prestar contas relacionadas com os contratos, termos, ajustes e convênios firmados;

IV – outras situações de interesse comum dos consorciados, desde que devidamente autorizados pela Assembleia Geral;

V – firmar contratos administrativos e de rateio com entes e entidades consorciadas ou não, dispensada a licitação.

### CAPÍTULO V OBJETIVO GERAL E FINALIDADES

Art. 10 - O Consorcio de Desenvolvimento Econômico do Planalto Norte de Santa Catarina – CODEPLAN, tem por objetivo geral o compartilhamento de ações que visem a gestão associada e a prestação de serviços públicos consorciados com ênfase na racionalização de recursos, visando o fortalecimento, a transparência e a eficiência na administração pública municipal, através de ações integradas de interesse público, na implementação de políticas públicas e no exercício de competências delegadas pelos entes consorciados.

Art. 11 - O Consorcio de Desenvolvimento Econômico do Planalto Norte de Santa Catarina – CODEPLAN tem as seguintes finalidades:

I - a gestão associada de serviços públicos;

II – a prestação direta ou indireta e integrada de serviços públicos de assistência técnica, execução de obras e serviços especializados, consultoria e assessoria, produção de informações, elaboração e execução de estudos, pesquisas, planos, programas e projetos, serviços públicos especializados nas diversas áreas da administração pública municipal em âmbito municipal e regional, visando o desenvolvimento territorial sustentável;

III – a aquisição, administração, gestão associada, compartilhamento e uso comum de instrumentos, equipamentos, instalações, máquinas, pessoal técnico, bens e serviços para o desenvolvimento de ações ou programas nos municípios consorciados;

IV – a realização de licitações compartilhadas das quais, em cada uma delas, decorram dois ou mais contratos, celebrados por Municípios consorciados ou entidades de sua administração indireta;



V – a administração, supervisão e fiscalização de projetos, obras e serviços de iluminação pública; energia; transmissão de dados e aprimoramento dos sistemas de telecomunicações vinculados às novas tecnologias, de forma regionalizada;

VI – prestar, total ou parcialmente, serviços públicos de saneamento básico, inclusive com operação de estruturas e serviços de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos, além de executar planos, projetos, programas, obras e serviços;

VII – integrar os Serviços de Inspeção dos Municípios entre si e ao Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária – SUASA, visando garantir a sanidade agropecuária, desde o local da produção primária até a colocação do produto final no mercado, no território dos Municípios consorciados, extensível ao dos Municípios conveniados com o CODEPLAN, devendo:

a) orientar e assessorar os produtores rurais, industriais e fornecedores de insumos, distribuidores, cooperativas e associações, industriais e agroindustriais, atacadistas e varejistas e quaisquer outros responsáveis ao longo da cadeia de produção para garantir a sanidade e a qualidade dos produtos de origem animal e vegetal;

b) constituir ou contratar equipes:

b.1) de assistência técnica, responsáveis pela inspeção e pelo programa de apoio e desenvolvimento da agroindústria familiar, integrando as iniciativas em rede de maneira a construir conjuntamente estratégias de viabilização dos empreendimentos com ações de capacitação, assistência técnica, análise econômica e gestão das agroindústrias, assessoria na elaboração de perfis agroindustriais e implantação/adequação de agroindústrias familiares frente à legislação sanitária, ambiental, fiscal, previdenciária e tributária, projetos de custeio e investimento e relação com mercado consumidor;

b.2) para inspeção de produtos de origem animal e vegetal habilitados a emitir a certificação sanitária de origem, fitossanitária de origem, de identidade e de qualidade e outros procedimentos em acordo com a legislação pertinente, aos estabelecimentos assistidos pelo consórcio;

c) constituir conjuntamente os requisitos para obtenção da equivalência dos Serviços de Inspeção dos Municípios para adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal e Vegetal, quais sejam: infraestrutura administrativa; inocuidade dos produtos; qualidade dos produtos; prevenção e combate à fraude econômica; e controle ambiental;

e) planejar coordenar, orientar, controlar e executar as políticas de pesquisas agropecuárias e difusão de tecnologia agropecuária, florestal, pesqueira e de assistência técnica e extensão a produtores rurais nos seus municípios de abrangência;

VIII – a aquisição de bens ou contratação de serviços técnicos especializados para o uso individual ou compartilhado dos municípios consorciados;

IX – a angariação de recursos onerosos e não onerosos, visando o financiamento das ações regionalizadas dentro dos objetivos e finalidades do consórcio;

X – o aprimoramento dos sistemas logísticos de transporte rodoviário, ferroviário, dutoviário, aéreo e hidroviário da região;

XI – o incentivo a gestão associada e integrada dos recursos hídricos e de soluções para a universalização do saneamento básico;

XII – a atuação pela implantação de um sistema integrado de gestão e destinação final de resíduos sólidos nos termos da legislação vigente;

XIII – a representação do conjunto dos municípios que o integram, em matéria referente à sua finalidade, perante quaisquer outras entidades de direito público ou privado, nacionais e internacionais;

XIV – o exercício das competências pertencentes aos entes consorciados, nos termos das autorizações e delegações conferidas pela Assembleia Geral;

XV – delegação do poder de polícia administrativa dos Municípios, dentro das áreas específicas da administração pública, mediante determinação expressa do Chefe do Executivo do Ente consorciado, que especificará as atribuições, as condições e o prazo da delegação mediante Decreto;

XVI – receber, processar e disponibilizar entre os entes federados, dados cadastrais, tributários, econômicos ou analíticos de qualquer tipo, que possam ser utilizados direta ou indiretamente para acompanhamento ou fiscalização, incluindo dados de Notas Fiscais Eletrônicas, operações de crédito, inclusive de Cartões de Crédito, compra e venda de mercadorias ou de prestações de serviços sujeitos ao ISSQN ou ICMS, inclusive serviços bancários, operação de vendas de bens móveis e imóveis e outras composições de informações que os sistemas fiscalizadores possam realizar cruzamentos ou auditorias;

XVII – atuar na execução de políticas públicas voltadas ao meio ambiente, através da prestação dos serviços públicos de gestão ambiental para o licenciamento, monitoramento, controle, inspeção e fiscalização ambiental das atividades de impacto local, bem como do desenvolvimento, articulação e implementação de ações e projetos de conservação e preservação do meio ambiente, de uso sustentável e de redução dos impactos da ação humana nos ecossistemas naturais, na produção agrícola e no desenvolvimento urbano e industrial no âmbito dos municípios consorciados, em especial:

a) atuando como órgão ambiental de assessoramento técnico e jurídico local para os municípios consorciados, prestando serviços públicos de gestão ambiental para o licenciamento, monitoramento, controle, inspeção e fiscalização ambiental das atividades de impacto local;

b) incentivando a conservação e preservação ambiental, no sentido de elaboração de políticas públicas ambientais, criação e manutenção dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente e capacitação de agentes ambientais, em sintonia com as diretrizes Estaduais e Federais;

c) constituindo e/ou capacitando equipes técnicas multidisciplinares para fiscalizar, monitorar, controlar e inspecionar atividades que causem impacto ambiental local, dentro da região de abrangência, através da celebração de convênios ambientais com órgãos municipais, estaduais e federais de meio ambiente;

d) desenvolvendo atividades de educação ambiental;

e) promovendo o uso racional dos recursos naturais e a proteção e preservação do meio-ambiente, inclusive de nascentes e mananciais;

XVIII – exercer, em caráter concorrente com os Entes consorciados e sob delegação dos mesmos, o poder de polícia, no sentido de cumprir as ações fiscalizatórias que visem à preservação e à proteção dos recursos naturais e do patrimônio histórico, artístico, cultural e arquitetônico;

XIX – atuar em conjunto com os Entes consorciados, em atividades, programas e projetos destinados à conscientização e à difusão de conhecimento sobre a importância do meio ambiente equilibrado para as atuais e futuras gerações, ações de educação fiscal e tributária, de maneira integrada ou isolada.

XX – o fortalecimento e a institucionalização das relações entre o Consórcio e as Associações de Municípios das quais os entes consorciados participam, em especial a Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense – AMPLANORTE;

XXI – o estabelecimento de relações cooperativas com outros consórcios e de outros fóruns do gênero que por ventura surjam;

XXII – viabilizar licitações conjuntas de materiais diversos.

§ 1º - Os bens adquiridos ou administrados na forma dos incisos III e VII do caput serão de uso somente dos entes que contribuíram para

a sua aquisição ou administração, na forma dos contratos de programa e de rateio.

§ 2º - É facultado o uso compartilhado de bens ou serviços adquiridos ou administrados na forma dos incisos III e VII do caput pelos demais entes consorciados mediante a celebração de contrato de rateio.

§ 3º - Para cumprimento de seus objetivos, o consórcio poderá:

I – firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos do governo;

II - adquirir e/ou receber em doação ou cessão de uso, os bens que entender necessários ao desenvolvimento de suas atividades, os quais integram ou não o seu patrimônio;

III – contratar e ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes da federação consorciados, dispensada a licitação.

## CAPÍTULO VI

### GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Art. 12 - Os Municípios autorizam a gestão associada de serviços públicos nos termos do inciso XI, do artigo 4º da Lei Federal nº 11.107/2005, abrangendo o território daqueles que efetivamente se consorciarem.

Parágrafo único - Para a consecução da gestão associada, os Municípios delegam ao consórcio o exercício das competências que ensejem o cumprimento dos objetivos e finalidades do consórcio, previstas nos Artigos 10 e 11.

Art. 13 - Para o cumprimento de suas finalidades deverá o Consórcio de Desenvolvimento Econômico do Planalto Norte de Santa Catarina – CODEPLAN, realizar obrigatoriamente licitações para as obras, serviços, compras e alienações, na forma prevista na Lei Federal nº 8.666/93 e 14.133/2021 ou Lei que venha a substituir, e demais normas legais atinentes à espécie, ressalvados os casos de dispensa e inexigibilidade permitidos por essas normas.

§ 1º - Todas as licitações terão publicidade nos casos e formas previstos na legislação federal respectiva.

§ 2º - Sob pena de nulidade do contrato e de responsabilidade de quem deu causa à contratação, as licitações observarão estritamente os procedimentos estabelecidos na legislação federal respectiva, sendo instauradas pelo Presidente.

§ 3º - Todos os contratos serão publicados conforme dispuser a legislação federal respectiva.

§ 4º - Qualquer cidadão, independentemente de demonstração de interesse, tem o direito de ter acesso aos documentos sobre a execução e pagamento de contratos celebrados pelo consórcio.

§ 5º - O Conselho Fiscal poderá, em qualquer fase do procedimento, solicitar esclarecimentos sobre a execução do contrato.

Art. 14 - O Consórcio de Desenvolvimento Econômico do Planalto Norte de Santa Catarina – CODEPLAN, poderá aprovar e cobrar tarifas dos serviços pertinentes às suas finalidades, observados os seguintes critérios:

I - elaboração de planilha detalhada mediante cálculo dos componentes de custo de cada serviço, inclusive de cobrança do mesmo, usando as metodologias e técnicas de apuração de custos praticadas no mercado;

II - submeter a análise e aprovação da Assembleia Geral.

Parágrafo único: As tarifas previstas neste artigo poderão ser atualizadas anualmente, mediante revisão do custeio e dos cálculos e aplicação do índice de atualização anual do INPC ou outro índice que vier a substituí-lo, após prévia aprovação da Assembleia Geral.

Art. 15 - O consórcio fica autorizado a emitir documentos de cobrança e exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços ou pelo uso ou outorga de bens públicos por ele administrados.

Art. 16 - O consórcio fica autorizado a ser contratado pela administração direta e indireta dos entes da Federação consorciados, dispensada a licitação.

Art. 17 - O patrimônio do consórcio será constituído:

I - pelos bens e direitos que vier a adquirir a qualquer título;

II - pelos bens e direitos que lhe forem transferidas por entidades públicas ou privadas.

Parágrafo único: Os bens do consórcio são indisponíveis, imprescritíveis, impenhoráveis e somente serão alienados por apreciação da Assembleia Geral.

## CAPÍTULO VII

### contrato de programa E CONTRATO ADMINISTRATIVO

Art. 18 - Ao Consórcio de Desenvolvimento Econômico do Planalto Norte de Santa Catarina – CODEPLAN, é permitido firmar Contrato de Programa e Contrato Administrativo para prestar serviços públicos por meios próprios ou sob sua gestão administrativa ou contratual.

§ 1º - O consórcio também poderá celebrar contrato de programa e administrativo com as Autarquias, Fundações e demais órgãos da administração indireta dos entes consorciados.

§ 2º - O disposto no parágrafo anterior não prejudica que, nos contratos de programa celebrados pelo consórcio, se estabeleça a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal ou de bens necessários à continuidade dos serviços transferidos.

§ 3º - São cláusulas necessárias do contrato de programa celebrado pelo consórcio público, observando-se necessariamente a legislação em vigor, as que estabeleçam:

I – o objeto, a área e o prazo da gestão associada de serviços públicos, inclusive a operada com transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços;

II – o modo, forma e condições de prestação dos serviços;

III - procedimentos que garantam transparência da gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares;

IV – os direitos, garantias e obrigações do titular e do consórcio, inclusive os relacionados às previsíveis necessidades de futura alteração e expansão dos serviços e consequente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e instalações;

V – a forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos, dos métodos e das práticas de execução dos serviços, bem como a indicação dos órgãos competentes para exercê-las;

VI – as penalidades e sua forma de aplicação;

VII – os casos de extinção;

VIII – os bens reversíveis;

IX – os critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas ao consórcio relativas aos investimentos que não foram amortizados por receitas emergentes da prestação dos serviços;

X – a obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas do consórcio ao titular dos serviços;

XI – a periodicidade em que o consórcio deverá publicar demonstrações financeiras sobre a execução do contrato;

XII – o foro e o modo amigável de solução das controvérsias contratuais;

XIII – demais cláusulas previstas na Lei 11.107/2005 e seu regulamento.

§ 4º - No caso de a prestação de serviços ser operada por transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos, também são necessárias as cláusulas que estabeleçam:

I - os encargos transferidos e a responsabilidade subsidiária da entidade que os transferiu;

II - as penalidades no caso de inadimplência em relação aos encargos transferidos;

III - o momento de transferência dos serviços e os deveres relativos à sua continuidade;

IV - a indicação de quem arcará com o ônus e os passivos do pessoal transferido;

V - a identificação dos bens que terão apenas a sua gestão e administração transferidas e o preço dos que sejam efetivamente alienados ao contratado;

VI - o procedimento para o levantamento, cadastro e avaliação dos bens reversíveis que vierem a ser amortizados mediante receitas emergentes da prestação dos serviços.

§ 5º - Os bens vinculados aos serviços públicos serão de propriedade do município contratante, sendo onerados por direitos de exploração que serão exercidos pelo consórcio pelo período em que vigor o contrato de programa.

§ 6º - Nas operações de crédito contratadas pelo consórcio para investimentos nos serviços públicos deverá se indicar o quanto corresponde aos serviços de cada titular, para fins de contabilização e controle.

§ 7º - Receitas futuras da prestação de serviços poderão ser entregues como pagamento ou como garantia de operações de crédito ou financeiras para a execução dos investimentos previstos no contrato.

§ 8º - A extinção do contrato de programa dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas, especialmente das referentes à economicidade e viabilidade da prestação dos serviços pelo consórcio, por razões de economia.

§ 9º - O contrato de programa continuará vigente nos casos de:

I – o titular se retirar do consórcio ou da gestão associada;

II – extinção do consórcio.

§ 10 - Os contratos de programa serão celebrados mediante dispensa de licitação, incumbindo ao município contratante obedecer fielmente às condições e procedimentos previstos em lei.

§ 11 - No caso de desempenho de serviços públicos pelo consórcio, a regulação e fiscalização não poderá ser exercida por ele mesmo.

## CAPÍTULO VIII

### CONTRATO DE RATEIO

Art. 19 - O Consórcio de Desenvolvimento Econômico do Planalto Norte de Santa Catarina – CODEPLAN, elaborará e firmará com os entes consorciados contrato de rateio, como forma de garantir a transparência da gestão econômica e financeira, bem como assegurar a execução dos serviços.

Parágrafo único: São cláusulas obrigatórias do contrato de rateio:

I - a qualificação do consórcio e do ente consorciado;

II - o objeto e a finalidade do rateio;

III - a previsão de forma discriminada e detalhada das despesas de custeio de cada serviço, vedada a inclusão de despesas genéricas;

IV - a forma, as condições e a data de desembolso de cada parcela do custeio pelo Ente consorciado;

V - as penalidades pelo descumprimento do contrato de rateio pelas partes;

VI - a vigência do contrato de rateio, que deverá coincidir com o exercício financeiro do consorciado, com exceção dos contratos que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados no plano plurianual ou a gestão associada de serviços públicos custeados por tarifas ou outros preços públicos;

VII - a indicação das dotações orçamentárias do ente consorciado que garante o cumprimento do contrato de rateio;

VIII - o direito e obrigações das partes;

IX - a garantia do direito do exercício de fiscalização da execução do contrato de rateio pelas partes, pelos entes consorciados pelos órgãos de controle interno e externo e pela sociedade civil;

X - o direito do consórcio e dos entes consorciados, isolados ou conjuntamente, como partes legítimas, de exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio;

XI - demais condições previstas na Lei Federal n.º 11.107/2005 e no Decreto n.º 6.017/2007.

## CAPÍTULO IX

### ORGANIZAÇÃO DO CONSÓRCIO

Art. 20 - O Consórcio de Desenvolvimento Econômico do Planalto Norte de Santa Catarina – CODEPLAN poderá instituir Regimento Interno a ser aprovado em Assembleia Geral, a fim de regulamentar as demais situações não previstas no Contrato de Consórcio Público, bem como poderão ser instituídas através de Resoluções expedidas pelo Presidente do consórcio.

## CAPÍTULO X

### órgãos

Art. 21 - O Consórcio de Desenvolvimento Econômico do Planalto Norte de Santa Catarina – CODEPLAN, é constituído pelos seguintes órgãos:

I – Assembleia Geral;

II – Conselho Administrativo;

III – Conselho Fiscal;  
IV – Diretoria Executiva;

#### Seção I

##### Assembleia Geral

Art. 22 - A Assembleia Geral, instância máxima do Consórcio de Desenvolvimento Econômico do Planalto Norte de Santa Catarina – CODE-PLAN é órgão colegiado composto pelos Chefes do Poder Executivo de todos os municípios consorciados.

§ 1º - Os membros do Conselho Administrativo e do Conselho Fiscal serão escolhidos em Assembleia Geral, pela maioria simples dos prefeitos dos municípios consorciados, para o mandato de 01 (um) ano, sendo permitida 01 (uma) reeleição.

§ 2º - Poderão concorrer à eleição para o Conselho Administrativo e do Conselho Fiscal, os prefeitos dos municípios consorciados e em dia com suas obrigações contratuais, até 90 (noventa) dias antes da eleição.

§ 3º - Os Vice-Prefeitos poderão participar de todas as reuniões da Assembleia Geral, com direito a voz.

§ 4º - No caso de ausência do Prefeito, o Vice-Prefeito assumirá a representação do Município na Assembleia Geral, inclusive com direito a voto.

§ 5º - O disposto no § 4º deste artigo não se aplica nos casos em que tenha sido enviado representante designado pelo Prefeito, o qual assumirá apenas os direitos de voz.

§ 6º - O servidor ou ocupante de cargo ou emprego de um município não poderá representar outro município na Assembleia Geral. A mesma proibição se estende aos Empregados Públicos do consórcio.

§ 7º - Ninguém poderá representar mais de um consorciado na mesma reunião da Assembleia Geral.

§ 8º - A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do consórcio, ou pelo Vice-Presidente nas suas faltas e impedimentos.

Art. 23 - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente 02 (duas) vezes ao ano, para proceder às eleições e apreciar o orçamento, o plano de trabalho e a prestação de contas, e extraordinariamente quando convocado pelo Presidente do consórcio, por um quinto de seus membros ou pelo Conselho Fiscal, para outras finalidades.

§ 1.º. A Assembleia Geral será convocada com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, declarando-se local, horário e pauta.

§ 2.º. As convocações se darão por meio eletrônico aos endereços previamente cadastrados junto a Diretoria Executiva do Consórcio e através de publicação no órgão oficial de publicações do Consórcio de acordo com o disposto no Artigo 47.

§ 3º. A Assembleia Geral reunir-se-á:

I – em primeira convocação, presentes a maioria dos entes consorciados;

II – em segunda convocação, trinta minutos após o horário estabelecido para a primeira convocação, com qualquer número de entes consorciados.

Art. 24 - Cada Município consorciado terá direito a um voto na Assembleia Geral.

Parágrafo único - O voto será público e nominal.

Art. 25 - Compete à Assembleia Geral:

I – eleger os membros do Conselho Administrativo e do Conselho Fiscal;

II – homologar o ingresso no consórcio de município que tenha ratificado o Contrato de Consórcio;

III – aprovar as alterações do Contrato de Consórcio;

IV – aplicar a pena de exclusão do ente consorciado;

V – aprovar o Regimento Interno e suas alterações;

VI – deliberar sobre as contribuições mensais a serem definidas em contrato de rateio;

VII – aprovar:

a) o orçamento anual do Consórcio, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de eventuais contratos de rateio;

b) as diretrizes orçamentárias e o plano plurianual de investimentos;

c) o programa anual de trabalho;

d) a realização de operações de crédito;

e) a celebração de convênios;

f) a alienação e a oneração de bens imóveis do Consórcio;

VIII – criar fundo destinado aos investimentos em obras, estudos e outras atividades de interesse comum dos entes consorciados;

IX – aceitar a cessão de servidores do ente consorciado ou conveniado ao Consórcio;

X – autorizar o Presidente do consórcio a prover os empregos públicos permanentes;

XI – ratificar a nomeação ou exoneração do Diretor(a) Executivo(a) requerida pelo Conselho Administrativo do consórcio;

XII – deliberar sobre assuntos gerais do consórcio;

XIII – aprovar a extinção do consórcio;

XIV – apreciar e aprovar a mudança da sede.

Art. 26 - O quorum de deliberação da Assembleia Geral será de:

I – Unanimidade de votos de todos os consorciados para a competência disposta no inciso XIII do artigo anterior;

II – Maioria absoluta dos entes consorciados para a competência disposta nos incisos III e XI do artigo anterior;

III – maioria simples dos consorciados presentes em Assembleia Geral para as demais deliberações.

Art. 27 – As deliberações da Assembleia Geral deverão ser registradas em atas numeradas sequencialmente seguidas do ano e as decisões que visem tomar efeito deverão ser registradas na forma de resoluções numeradas sequencialmente dentro de cada exercício.

#### Seção II

##### Conselho Administrativo

Art. 28 – O Conselho Administrativo é composto por 03 (cinco) membros, de diferentes municípios consorciados, compreendendo:

I – 01 (um) Presidente;



II – 01 (um) 1.º Vice-Presidente;

III – 01 (um) 2.º Vice-Presidente;

Parágrafo único – Os Conselho Administrativo serão eleitos pelos seus pares em Assembleia Geral convocada especificamente para esta finalidade.

§ 1º. Os membros eleitos ao Conselho Administrativo deverão manifestar-se imediatamente sobre a indicação.

§ 2º. Nenhum dos membros do Conselho Administrativo perceberá remuneração ou quaisquer espécies de verbas indenizatórias.

§ 3º. Somente poderá ocupar cargo no Conselho Administrativo o Chefe do Poder Executivo do ente consorciado.

Art. 29 – O Conselho Administrativo deliberará de forma colegiada, exigida a maioria de votos. Em caso de empate, o Presidente exercerá voto minerva.

§ 1.º. o Conselho Administrativo reunir-se-á mediante a convocação do Presidente.

§ 2.º. o Conselho Administrativo será convocado com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, declarando-se local, horário e pauta.

§ 3.º. As convocações se darão por meio eletrônico aos endereços previamente cadastrados junto a Diretoria Executiva do Consórcio.

Art. 30 - Compete ao Conselho Administrativo:

I – elaborar o Regimento Interno.

II – julgar recursos relativos à:

a) impugnação de edital de licitação e de concurso público, bem como os relativos à inabilitação, desclassificação, homologação e adjudicação de seu objeto;

b) aplicação de penalidades a Empregados Públicos Permanentes do consórcio;

III – indicar à Assembleia Geral o nome do profissional para assumir o cargo de Diretor Executivo, vedada a indicação de cônjuge, companheiro (a) ou parente, até o terceiro grau, de quaisquer membros do Conselho Administrativo e Fiscal, bem como determinar o afastamento do Diretor Executivo ou sugerir à Assembleia Geral sua demissão no caso de ocorrência de falta grave;

IV – autorizar que o Consórcio ingresse em juízo, reservado ao Presidente a incumbência de, ad referendum, tomar as medidas que reputar urgentes.

Parágrafo único. As competências arroladas neste artigo não prejudicam que outras sejam reconhecidas pelo Regimento Interno.

Art. 31 - O substituto ou sucessor do Prefeito o substituirá na Presidência ou nos demais cargos do Conselho Administrativo.

### Seção III

#### Presidente

Art. 32 - Compete ao Presidente:

I – representar o Consórcio judicial e extrajudicialmente;

II – ordenar as despesas do Consórcio e responsabilizar-se por sua prestação de contas;

III – convocar as reuniões da Assembleia Geral, do Conselho Administrativo e do Conselho Fiscal;

IV – nomear e exonerar os Empregados Públicos Permanentes do consórcio;

V – zelar pelos interesses do Consórcio, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Contrato de Consórcio ou pelo Regimento Interno.

VI – Promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do consórcio;

VII - movimentar recursos financeiros do consórcio, através de ordens bancárias, transferências, cheques nominiais, gerenciador eletrônico financeiro, juntamente com o Diretor Executivo.

§ 1º. Com exceção das competências previstas no inciso IV, todas as demais poderão ser delegadas ao Diretor Executivo.

§ 2º. Por razões de urgência ou para permitir a celeridade na condução administrativa do Consórcio, o Diretor Executivo poderá ser autorizado a praticar atos ad referendum do Presidente.

### Seção IV

#### Conselho Fiscal

Art. 33 - O Conselho Fiscal é composto por 3 (três) membros efetivos, e os respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, devendo seu mandato coincidir com os membros do Conselho Administrativo.

§ 1º. Nenhum dos membros do Conselho Fiscal perceberá remuneração ou quaisquer espécies de verbas indenizatórias.

§ 2º. Somente poderá ocupar cargo no Conselho Fiscal o Chefe de Poder Executivo do ente consorciado.

Art. 34 - Compete ao Conselho Fiscal:

I - fiscalizar trimestralmente as demonstrações fiscais, financeiras e contábeis do consórcio;

II - acompanhar e fiscalizar sempre que considerar oportuno e conveniente, as operações econômicas ou financeiras da entidade;

III - emitir parecer sempre que requisitado, sobre contratos, convênios, credenciamentos, proposta orçamentária, balanços e relatórios de contas em geral a serem submetidas a Assembleia Geral;

IV - eleger entre seus pares um Presidente.

Parágrafo único: O Conselho Fiscal, por seu Presidente e por decisão da maioria de seus membros, poderá convocar o Conselho Administrativo e o Diretor Executivo para prestarem informações e tomar as devidas providências quando forem verificadas irregularidades na escrituração contábil, nos atos de gestão financeira ou ainda inobservância de normas legais, estatutárias ou regimentais.

### Seção V

#### Diretoria Executiva

Art. 35 - A Diretoria Executiva é composta por 01 (um) Diretor Executivo de livre nomeação e exoneração pela Assembleia Geral, e 1 (um) Assessor Jurídico, 4 (quatro) Gestores de Serviço, 1 (um) Assessor de Serviço de Educação Ambiental e 1 (um) Assessor de Fiscalização Ambiental, que são de livre nomeação e exoneração pelo Diretor Executivo.

Art. 36. - Compete à Diretoria Executiva:

- I - organizar e supervisionar os serviços do consórcio, zelando pela eficiência dos mesmos;
- II - representar oficialmente o Conselho Administrativo, sempre que credenciado;
- III - despachar os expedientes dirigidos ao consórcio;
- IV - colaborar com o Presidente na elaboração do Relatório Geral de Atividades, bem como, na Prestação de Contas Anual a serem apresentados ao Conselho Fiscal e posteriormente à Assembleia Geral;
- V - acompanhar as reuniões de Assembleia Geral, do Conselho Administrativo e do Conselho Fiscal;
- VI - elaborar o Plano de Trabalho e o Orçamento do consórcio, em conjunto com o Conselho Administrativo a equipe técnica;
- VII - executar as ações definidas no Plano de Trabalho do consórcio;
- VIII - executar demais tarefas atribuídas pelo Conselho Administrativo do consórcio.

Art. 37 - Além do previsto no Contrato de Consórcio, compete ao Diretor Executivo:

- I - realizar concursos públicos e promover a contratação, demissão e aplicação de sanções aos empregados públicos permanentes, mediante homologação do Presidente;
- II - julgar recursos relativos à homologação de inscrição e de resultados de concursos públicos;
- III - autorizar a contratação, dispensa ou exoneração de empregados temporários, observadas as disposições legais;
- IV - Solicitar que o consórcio ingresse em juízo, reservado ao Presidente a incumbência de ad referendum, tomar as medidas que reputar urgentes;
- V - promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio.
- VI - movimentar, quando a este delegado, as contas bancárias e os recursos financeiros;
- VII - designar seu substituto, em caso de impedimento ou ausência para responder pelo expediente e pelas atividades da Diretoria Executiva;
- VIII - providenciar as convocações, agendas e locais para as reuniões da Assembleia Geral, do Conselho Administrativo e do Conselho Fiscal, se possível em sintonia com a Secretaria Executiva da Associação dos Municípios em que ocorrer a reuniões;
- IX - providenciar e solucionar todas as diligências solicitadas pelo Conselho Fiscal;
- X - propor ao Presidente e ao Conselho Administrativo a requisição e contratação dos Empregados Públicos Permanentes do consórcio.
- XI - praticar todos os atos relativos à gestão dos recursos humanos do consórcio

Art. 38 - O emprego público de Diretor Executivo deverá ser ocupado por profissional com comprovada experiência e qualificação em gestão pública, com formação de nível superior, e seu provimento se dará por livre nomeação e exoneração pela Assembleia Geral, observado o disposto neste Contrato de Consórcio.

§ 1º. É vedada a admissão de cônjuge, companheiro (a) ou parente, até o terceiro grau, de qualquer membro do Conselho Administrativo e Fiscal.

§ 2º. É vedada a contratação, seja como empregado ou prestador de serviços mediante contrato, de Chefes do Poder Executivo e membros do Poder Legislativo, em exercício pelo período de 6 (seis) meses após deixarem os respectivos cargos eletivos, bem como de seus cônjuges ou parentes até terceiro grau.

## CAPÍTULO XI

### GESTÃO ADMINISTRATIVA E AGENTES PÚBLICOS

Art. 39 - Somente poderão prestar serviços remunerados ao Consorcio de Desenvolvimento Econômico do Planalto Norte de Santa Catarina – CODEPLAN os contratados para ocupar os empregos públicos, previstos no Anexo I do presente Contrato de Consórcio e os servidores cedidos pelos entes consorciados, bem como, em caso de necessidade motivada, pessoas físicas ou jurídicas contratadas por meio de licitação, na forma da lei.

Art. 40 - A participação do Conselho Fiscal ou de outros órgãos diretivos que sejam criados pelo Contrato de Consórcio, bem como a participação dos representantes dos entes consorciados na Assembleia Geral e no Conselho Administrativo não serão remuneradas, sendo considerado trabalho público relevante.

Parágrafo único – Os empregados públicos do consórcio perceberão remuneração estabelecida para os cargos prevista no Anexo I, conforme proporcionalidade da carga horária estipulada, parte integrante do presente Contrato de Consórcio, acaso não percebam quaisquer outros tipos de remuneração de qualquer outro Ente federado ou órgão do Poder Público.

Art. 41 - Os empregados públicos próprios do Consorcio de Desenvolvimento Econômico do Planalto Norte de Santa Catarina – CODEPLAN são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e estarão submetidos ao Regime Geral de Previdência Social.

§ 1º. Somente serão recebidos em cessão os empregados públicos ou servidores sem ônus direto para o consórcio, ficando vinculados ao regime jurídico e previdenciário estabelecido no órgão de origem.

§ 2º. O Regimento Interno aprovado pela Assembleia Geral deliberará sobre a estrutura administrativa do consórcio e plano de empregos e salários, obedecido ao disposto neste Contrato de Consórcio, tratando especificamente das funções, progressões, lotação, jornada de trabalho, regime disciplinar e denominação de seus empregos públicos.

§ 3º. Os agentes públicos incumbidos da gestão do Consórcio não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo consórcio, salvo pelos atos cometidos em desacordo com a lei ou com as disposições dos regulamentos do consórcio.

Art. 42 - O quadro de pessoal do Consorcio de Desenvolvimento Econômico do Planalto Norte de Santa Catarina – CODEPLAN é composto pelos empregados públicos constantes no Anexo I deste Contrato de Consórcio.

§ 1º - Os empregos do Consórcio serão providos mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, exceto os cargos de provimento em comissão, que serão de livre nomeação e exoneração, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal.

§ 2º - No prazo de 02 (dois) anos, da ratificação pelos Municípios Consorciados da alteração do Contrato de Consórcio que cria ou altera cargos, o Consórcio realizará concurso público para preenchimento das vagas de seu quadro de pessoal.

§ 3º - As faixas de remuneração, a carga horária e as atribuições dos empregos públicos são as definidas nos Anexos I, II e II deste Contrato de Consórcio.



§ 4º - Observado o orçamento anual do Consórcio, o vencimento dos empregados públicos que compõem o quadro de pessoal do Consórcio serão revistos anualmente, após discussão prévia do Conselho Administrativo que considerar-se-á a média adotada pelos municípios que compõem o Consórcio e índice oficial de reajuste e/ou reposição.

§ 5º - Não poderá haver recebimento de remuneração inferior ao salário mínimo vigente no país.

§ 6º - O Conselho Administrativo poderá autorizar o pagamento de gratificação de função aos empregados públicos, bem como alterar as faixas de remuneração, limitado as já existentes especificadas respectivamente para cada emprego, com regras a serem estabelecidas no Regimento Interno, de acordo com os Anexos I, II e III deste Contrato de Consórcio.

Art. 43 - Os editais de concurso público deverão ser subscritos pelo Presidente, mediante parecer da assessoria jurídica.

Art. 44 - Admitir-se-á contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX, da Constituição Federal, através de processo seletivo simplificado, mediante disponibilidade orçamentária, nas seguintes situações:

I - até que se realize concurso público previsto no § 2º, da Clausula 42, deste Contrato de Consórcio;

II - até que se realize concurso público para provimento dos empregos que não foram preenchidos ou que vierem a vagar;

III - na vigência do gozo de férias regulamentares e das licenças legais concedidas aos empregados públicos;

IV - para atender demandas de serviço, com programas, convênios e serviços excepcionais;

V - assistência a situações de calamidade pública ou de situações declaradas emergenciais;

VI - realização de levantamentos declarados urgentes e inadiáveis;

VII - execução de serviço determinado ou de obra certa, cuja execução obedeça ao regime de administração direta.

§ 1º. Os contratados temporariamente exercerão as funções do emprego público do titular afastado ou do emprego público vago, percebendo a remuneração para ele prevista.

§ 2º. As contratações temporárias terão prazo de até 02(dois) anos.

Art. 45 - Além do salário e das demais vantagens previstas neste Contrato de Consórcio, serão pagas aos empregados públicos do consórcio os seguintes adicionais:

I - décimo terceiro salário;

II - férias e adicional de férias;

III - adicional por serviço extraordinário através de banco de horas que será regulamentado pelo Regimento Interno;

IV - adicional pelo trabalho insalubre ou perigoso;

V - adicional noturno;

VI - FGTS sobre todas as verbas, não sendo devido aos Empregados Públicos Permanentes ou não, o pagamento das multas previstas no Art. 484-A da CLT.

Parágrafo único: O Regimento Interno preverá as formas de concessão de outras vantagens a serem concedidas aos empregados públicos, sejam indenizações ou auxílios pecuniários.

Art. 46 - Fica instituída, a critério do Conselho Administrativo e conforme disponibilidade orçamentária e financeira do Consórcio, gratificação especial em razão do desempenho de função ou outros encargos de especial responsabilidade, de no máximo o equivalente a Referência 17 da Tabela de Referência Salarial Anexo II.

I - a gratificação especial prevista no caput deste artigo compreende o exercício de uma ou mais das seguintes atividades:

a) atividade de agente de contratação;

b) atividade de controle interno;

c) membro da comissão de licitação e/ou agente de licitação;

d) membro de comissão de sindicância ou processo administrativo disciplinar;

e) membro de comissão especial para elaboração de concurso e/ou processo seletivo;

f) fiscal de contratos administrativos;

g) membro de quaisquer outras comissões temporárias criadas no interesse do CODEPLAN;

II - os respectivos valores e os regimentos de cada desempenho de função ou outros encargos de especial responsabilidade serão descritos no Regimento Interno do CODEPLAN.

III - O empregado poderá participar de quantas comissões for convocado, porém perceberá somente o valor da maior comissão exercida por ele, de forma não cumulativa com as demais.

IV - Cessado o exercício da atividade gratificada, extingue-se automaticamente a respectiva gratificação, sem qualquer incorporação ou direito adquirido.

## CAPÍTULO XII

### publicações

Art. 47 - O órgão oficial de publicações dos atos expedidos pelos órgãos do Consórcio de Desenvolvimento Econômico do Planalto Norte de Santa Catarina - CODEPLAN será o Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

## Capítulo XIII

### GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

Art. 48 - A execução das receitas e das despesas do Consórcio obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

Art. 49 - Constituem receitas do Consórcio as provenientes de:

I - as transferências mensais dos municípios consorciados aprovadas pela Assembleia Geral, expressas em contrato de rateio, de acordo com a Lei Federal nº 11.107/2005 e seu regulamento;

II - a remuneração de outros serviços prestados pelo consórcio aos consorciados ou para terceiros;

III - os auxílios, contribuições e subvenções concedidas por entidades públicas ou privadas;

IV - os saldos do exercício;

V - as doações e legados;

VI - o produto de alienação de seus bens livres;

VII - o produto de operações de crédito;

VIII - as rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósito e de aplicação financeira;

IX - os créditos e ações;

X - o produto da arrecadação do imposto de renda, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles;

XI - os recursos voluntários recebidos em razão de convênios, contrato de repasse, ajustes, termos de cooperação ou outros instrumentos congêneres.

§ 1º. Os entes consorciados somente entregarão recursos ao Consórcio:

I - para o cumprimento dos objetivos estabelecidos neste instrumento, devidamente especificados;

II - quando tenham contratado o consórcio para a prestação de serviços na forma deste Contrato de Consórcio;

III - na forma do respectivo contrato de rateio.

IV - através de Contrato Administrativo.

§ 2º. Os entes consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do consórcio.

§ 3º. Os agentes públicos incumbidos da gestão do consórcio não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo consórcio público, mas responderão pelos atos praticados em desconformidade com a lei ou com as disposições do estatuto.

§ 4º. O consórcio estará sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE/SC para apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo representante legal do consórcio, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos que os entes consorciados vierem a celebrar com o consórcio.

§ 5º - Todas as demonstrações financeiras serão publicadas, conforme disposto no Artigo 47.

§ 6º - Com o objetivo de receber transferência de recursos ou realizar atividades e serviços de interesse público, o consórcio fica autorizado a celebrar convênios, contratos e termos de cooperação com entidades governamentais ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

§ 7º - Fica o consórcio autorizado a comparecer como interveniente em convênios celebrados por entes consorciados e terceiros, a fim de receber ou aplicar recursos, executar obras ou programas e/ou prestar serviços.

Art. 50 - A contabilidade do consórcio será realizada de acordo com as normas de contabilidade pública, em especial a Lei nº 4.320/64 e Lei Complementar nº 101/00.

Art. 51 - No que se refere à gestão associada realizada através de Contrato de Programa, a contabilidade do Consórcio deverá permitir que se reconheça a gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares.

Parágrafo único - Anualmente deverá ser apresentado demonstrativo que indique:

I - o investido e o arrecadado em cada serviço, inclusive os valores de eventuais subsídios cruzados;

II - a situação patrimonial, especialmente quais bens que cada Município adquiriu isoladamente ou em condomínio para a prestação dos serviços de sua titularidade e a parcela de valor destes bens que foi amortizada pelas receitas emergentes da prestação de serviços.

#### CAPÍTULO XIV

##### SAÍDA DO CONSÓRCIO E RECESSO

Art. 52 - O Município Consorciado poderá requerer a sua exclusão do Consórcio à Assembleia Geral, num prazo nunca inferior a 12 (doze) meses do requerimento ratificado por Lei, sem prejuízo das obrigações e direitos, até sua efetiva retirada.

Art. 53 - A retirada do membro não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira e o Consórcio, inclusive os contratos de Programa, Rateio e Administrativos, cuja extinção dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas.

Parágrafo único: Os bens destinados ao Consórcio pelo consorciado que se retira não serão revertidos ou retrocedidos, excetuadas as hipóteses de:

I - expressa previsão no instrumento de transferência ou de alienação;

II - reserva da lei de ratificação que tenha sido regularmente aprovada pelos demais subscritores do Protocolo de Intenções ou pela Assembleia Geral do Consórcio.

#### CAPÍTULO XV

##### EXCLUSÃO

Art. 54 - São hipóteses de exclusão de ente consorciado:

I - a não inclusão, pelo ente consorciado, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, de dotações suficientes para suportar as despesas que, nos termos do orçamento do Consórcio, devem ser assumidas por meio de contrato de rateio;

II - Inadimplência das obrigações assumidas no contrato de rateio;

III - a subscrição de protocolo de intenções para constituição de outro consórcio com finalidades iguais ou, a juízo da maioria da Assembleia Geral, assemelhadas ou incompatíveis;

§ 1º. A exclusão prevista no inciso I do caput somente ocorrerá após prévia suspensão, período em que o ente consorciado poderá se reabilitar.

§ 2º. O Regimento Interno poderá prever outras hipóteses de exclusão.

Art. 55 - O Regimento Interno estabelecerá o procedimento administrativo para a aplicação da pena de exclusão, respeitado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

#### CAPÍTULO XVI

##### ALTERAÇÃO E DEXTINÇÃO DO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO

Art. 56 - A extinção de contrato de Consórcio Público dependerá de instrumento aprovado pela Assembleia Geral, pela unanimidade de seus entes consorciados, ratificada mediante lei por todos os entes consorciados.

§ 1º. Os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos custeados por taxas, tarifas ou outra espécie de preço público serão atribuídos aos titulares dos respectivos serviços.

§ 2º. Até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

§ 3º. Com a extinção, o pessoal cedido ao consórcio público retornará aos seus órgãos de origem.

§ 4º. A retirada ou a extinção do consórcio não prejudicará as obrigações já constituídas, inclusive os contratos de programa, cuja extinção dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas.

## CAPÍTULO XVII

### DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 57 - O Consórcio será regido pelo disposto na Lei Federal nº. 11.107, de 6 de abril de 2005; Decreto Federal nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007; pelo Contrato de Consórcio Público ratificado pelas leis municipais dos Municípios Consorciados, as quais se aplicam somente aos entes federativos que as emanaram, pelo Regimento Interno, pelas Resoluções do Presidente e pelas Portarias do Diretor Executivo.

Art. 58 - A interpretação do disposto neste Contrato de Consórcio deverá ser compatível com os seguintes princípios:

I – respeito à autonomia dos entes federativos consorciados, pelo que o ingresso ou retirada do Consórcio depende apenas da vontade de cada ente federativo, sendo vedado que se lhe ofereça incentivos para o ingresso;

II – solidariedade, em razão da qual os entes consorciados se comprometem a não praticar qualquer ato, comissivo ou omissivo, que venha a prejudicar a boa implementação de qualquer dos objetivos do Consórcio;

III – transparência, pelo que não se poderá negar que o Poder Executivo ou Legislativo de ente federativo consorciado tenha o acesso a qualquer documento ou ato do Consórcio;

IV – eficiência, o que exigirá que todas as decisões do Consórcio tenham explícita e prévia fundamentação técnica que demonstrem sua viabilidade e economicidade.

V – respeito aos princípios da administração pública, de modo que todos os atos executados pelo Consórcio sejam coerentes com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

## CAPÍTULO XVIII

### DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 59 - A Assembleia Geral definirá os índices oficiais a serem aplicados para correção dos valores monetários previstos nos contratos de rateio.

Art. 60 - O Regimento Interno do consórcio público deverá dispor no mínimo sobre:

I - procedimentos sobre eleição e posse dos membros do Conselho Administrativo e Conselho Fiscal;

II - procedimentos a serem observados quando houver vacância de cargos do Conselho Administrativo;

III - registro das atas das Assembleias Gerais;

IV – criação do site oficial do consórcio na rede mundial de computadores – Internet;

V - publicações dos documentos do consórcio e dos atos praticados pelos seus gestores;

VI - normas sobre processo administrativo, observados os princípios constantes na Lei nº 9.784/99;

VII - o exercício do poder disciplinar e regulamentar, as atribuições administrativas, hierarquia, avaliação de eficiência, lotação e jornada de trabalho dos empregados públicos;

VIII – Forma de expedição dos atos dos órgãos do Consórcio, observado o disposto no Artigo 27.

Art. 61 - As funções do Diretor Executivo do Consórcio poderão, a critério do Conselho Administrativo e aprovado em Assembleia Geral, serem exercidas, de forma cumulativa não remunerada pelo Secretário Executivo da AMPLANORTE, desde que atendidos os critérios para investidura, observando-se o disposto na descrição do emprego constante no Anexo III deste Contrato de Consórcio.

## CAPÍTULO XIX

### FORO

Art. 62. - Para dirimir eventuais controvérsias que este Contrato de Consórcio Público originar, dos Contratos de Programa, Contratos Administrativos e Contratos de Rateio e Regimento Interno, fica eleito o foro da Comarca de Mafra, Estado de Santa Catarina.

Mafra/SC, 05 de maio de 2023.

BELA VISTA DO TOLDO José Gilvane Machado Prefeito em Exercício	CANOINHAS Juliana Maciel Hoppe Prefeita
IRINEÓPOLIS Lademir Fernando Arcari Prefeito	ITAIÓPOLIS Mozart José Myczkowski Prefeito
MAFRA Emerson Maas Prefeito	MONTE CASTELO Jean Carlo Medeiros de Souza Prefeito

MAJOR VIEIRA  
Edson Schroeder  
Prefeito em Exercício

PAPANDUVA  
Jeferson Chupel  
Prefeito em Exercício

PORTO UNIÃO  
Eliseu Mibach  
Prefeito

TRÊS BARRAS  
Ana Claudia da Silveira Quege  
Prefeita em Exercício

#### ANEXO I EMPREGADOS PÚBLICOS

CARGO	FORMA PRVIMENTO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	QUANTIDADE	REFERÊNCIA SALARIAL INICIAL	VENCIMENTO
DIRETOR EXECUTIVO	EM COMISSÃO	40H	1	60	R\$ 10.229,62
CONTADOR	PERMANENTE	20H	1	29	R\$ 4.053,21
ASSESSOR JURÍDICO	EM COMISSÃO	20H	1	29	R\$ 4.053,21
GESTOR DE SERVIÇOS	EM COMISSÃO	40H	4	42	R\$ 6.308,27
AGENTE ADMINISTRATIVO	PERMANENTE	40H	10	29	R\$ 4.053,21
ANALISTA AMBIENTAL	PERMANENTE	40H	5	31	R\$ 4.362,88
ASSESSOR EDUCAÇÃO ABIENTAL	EM COMISSÃO	20H	1	22	R\$ 3.080,10
ASSESSOR FISCALIZ. AMBIENTAL	EM COMISSÃO	20H	1	22	R\$ 3.080,10

\*Poderá haver ampliação ou redução da jornada de trabalho dos empregos permanentes ou comissionados, a critério da Diretoria Executiva, mediante alteração proporcional da respectiva remuneração.

#### ANEXO II TABELA DE REFERÊNCIAS DE VENCIMENTOS

REF.	VENCIMENTO		REF.	VENCIMENTO		REF.	VENCIMENTO
1	R\$ 1.182,04		44	R\$ 6.692,42		87	R\$ 16.869,89
2	R\$ 1.241,14		45	R\$ 6.893,21		88	R\$ 17.122,95
3	R\$ 1.303,21		46	R\$ 7.100,01		89	R\$ 17.379,79
4	R\$ 1.368,35		47	R\$ 7.313,01		90	R\$ 17.640,48
5	R\$ 1.436,76		48	R\$ 7.532,41		91	R\$ 17.905,08
6	R\$ 1.508,62		49	R\$ 7.758,37		92	R\$ 18.173,65
7	R\$ 1.584,05		50	R\$ 7.991,13		93	R\$ 18.446,27
8	R\$ 1.663,24		51	R\$ 8.190,91		94	R\$ 18.722,95
9	R\$ 1.746,39		52	R\$ 8.395,67		95	R\$ 19.003,80
10	R\$ 1.833,73		53	R\$ 8.605,58		96	R\$ 19.288,87
11	R\$ 1.916,26		54	R\$ 8.820,70		97	R\$ 19.578,19
12	R\$ 2.002,48		55	R\$ 9.041,24		98	R\$ 19.871,87
13	R\$ 2.092,59		56	R\$ 9.267,26		99	R\$ 20.169,94
14	R\$ 2.186,76		57	R\$ 9.498,93		100	R\$ 20.371,64
15	R\$ 2.285,15		58	R\$ 9.736,42		101	R\$ 20.575,36
16	R\$ 2.388,00		59	R\$ 9.979,82		102	R\$ 20.781,11
17	R\$ 2.495,46		60	R\$ 10.229,32		103	R\$ 20.988,93
18	R\$ 2.607,74		61	R\$ 10.433,89		104	R\$ 21.198,82
19	R\$ 2.725,11		62	R\$ 10.642,58		105	R\$ 21.410,80
20	R\$ 2.847,71		63	R\$ 10.855,43		106	R\$ 21.624,91
21	R\$ 2.961,64		64	R\$ 11.072,54		107	R\$ 21.841,17
22	R\$ 3.080,10		65	R\$ 11.293,99		108	R\$ 22.059,57
23	R\$ 3.203,31		66	R\$ 11.519,87		109	R\$ 22.280,16
24	R\$ 3.331,43		67	R\$ 11.750,26		110	R\$ 22.502,97
25	R\$ 3.464,69		68	R\$ 11.985,27		111	R\$ 22.727,99
26	R\$ 3.603,29		69	R\$ 12.224,98		112	R\$ 22.955,28
27	R\$ 3.747,43		70	R\$ 12.469,47		113	R\$ 23.184,84

28	R\$ 3.897,30		71	R\$ 12.718,87		114	R\$ 23.416,69
29	R\$ 4.053,21		72	R\$ 12.973,22		115	R\$ 23.650,87
30	R\$ 4.215,33		73	R\$ 13.232,71		116	R\$ 23.887,35
31	R\$ 4.362,88		74	R\$ 13.497,36		117	R\$ 24.126,25
32	R\$ 4.515,57		75	R\$ 13.767,31		118	R\$ 24.367,50
33	R\$ 4.673,63		76	R\$ 14.042,66		119	R\$ 24.611,17
34	R\$ 4.837,19		77	R\$ 14.323,52		120	R\$ 24.857,29
35	R\$ 5.006,51		78	R\$ 14.609,98			
36	R\$ 5.181,73		79	R\$ 14.902,17			
37	R\$ 5.363,08		80	R\$ 15.200,23			
38	R\$ 5.550,79		81	R\$ 15.428,22			
39	R\$ 5.745,06		82	R\$ 15.659,67			
40	R\$ 5.946,15		83	R\$ 15.894,54			
41	R\$ 6.124,54		84	R\$ 16.132,96			
42	R\$ 6.308,27		85	R\$ 16.374,95			
43	R\$ 6.497,52		86	R\$ 16.620,57			

### ANEXO III DESCRIÇÃO DOS CARGOS

#### I - Para o emprego comissionado de DIRETOR EXECUTIVO:

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Desempenhar as atribuições de gestão e controle das atividades, recursos financeiros e pessoal do Consórcio Público, zelando pelo cumprimento das normas estatutárias e regimentais e dos contratos celebrados; Representar o Consórcio Público conforme poderes outorgados pelo Presidente; Prestar todas as informações necessárias aos consorciados e aos órgãos públicos; Promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio; Desenvolver outras atribuições correlatas a função, além das demais previstas no Protocolo de Intenções e no Estatuto; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela Assembleia Geral ou pela Presidência do CODEPLAN.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Formação profissional em nível superior e experiência em áreas afins com a Administração Pública e as finalidades do CODEPLAN.

#### II - Para o emprego permanente de CONTADOR:

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Supervisionar, coordenar e orientar e realizar a escrituração dos atos ou fatos contábeis; Exercer o controle e registro de contratos e convênios, compras e licitações; Examinar e elaborar processos de prestação de contas; Auxiliar na elaboração do plano de aplicação e da proposta orçamentária; Examinar e realizar empenhos de despesas, verificando sua classificação e a existência de saldo nas dotações orçamentárias; Exercer o controle da liquidação das despesas e elaborar os pagamentos; Informar, através de relatórios sobre a situação financeira e patrimonial do consórcio; Elaborar e publicar os balanços, balancetes e demais relatórios patrimoniais, de execução orçamentária ou financeiros; Prestar informações da área contábil e realizar serviços de assessoramento superior e gerencial à Diretoria; Orientar o registro e controle do patrimônio; Promover a observância das normas e preceitos da contabilidade pública; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CODEPLAN.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão.

#### III - Para o emprego comissionado de ASSESSOR JURÍDICO:

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Realizar principalmente à análise de procedimentos administrativos e judiciais, realizando a representação judicial do CODEPLAN, atividades relacionadas ao assessoramento jurídico dos empregados do CODEPLAN, tais como: exame de autos e papéis; pesquisa da doutrina, legislação e jurisprudência; redação de minutas de editais, termos de referência, notificações, contranotificações, ofícios, pareceres jurídicos, elaborar estudos, pesquisas, projetos de voto, minutas de decisões e de despachos diversos, executar atividades administrativas inerentes às sessões de conciliação, instrução e julgamento; executar atividades administrativas em geral. Executar outras atribuições correlatas a função, incluídas todas as prerrogativas e competências decorrentes da legislação de regência profissional, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CODEPLAN.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (OAB).

#### IV - Para o emprego comissionado de GESTOR DE SERVIÇOS:

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Supervisionar a execução de todas as atividades operacionais exercidas pelo Consórcio Público; Relatar e prestar contas aos consorciados e à Diretoria das ações executadas pelo Consórcio Público; Zelar pelo cumprimento da legislação, apontando alternativas sustentáveis para a execução dos serviços; Dar cumprimento às metas e ações estabelecidas nos contratos firmados pelo Consórcio Público; Promover e integração dos Entes consorciados e a defesa das ações integradas, ressaltando a eficiência dos serviços e/ou programas desenvolvidos pelo Consórcio Público; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CODEPLAN.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Formação profissional em nível superior e experiência em áreas afins com a Administração Pública e as finalidades do CODEPLAN.



**V - Para o emprego permanente de AGENTE ADMINISTRATIVO:**

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Executar serviços administrativos nas áreas de recursos humanos, administração, finanças e logística; Dar cumprimento aos contratos e convênios celebrados com entidades públicas ou privadas; Atender os representantes dos Entes consorciados, fornecedores e clientes, fornecendo e recebendo informações sobre atividades, programas, produtos e serviços; Lavrar documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos; Preparar relatórios e planilhas; Executar serviços gerais de escritório; Auxiliar no controle da prestação de serviços e na legalidade da aplicação dos recursos auferidos pelo Consórcio Público; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CODEPLAN.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Ensino superior completo na área de Ciências Econômicas, Ciências Contábeis, Direito, Administração ou Superior de Tecnologia em Gestão Pública e portador de Carteira Nacional de Habilitação Categoria "B".

**VI – Para o emprego permanente de ANALISTA AMBIENTAL:**

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Realizar principalmente a análise dos processos de licenciamento ambiental e seus respectivos incidentes, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à sua área de atuação; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir nos projetos e atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Realizar o planejamento ambiental, organizacional e estratégico afeto à execução das políticas de meio ambiente, em especial as que se relacionam com as seguintes atividades: regulação, controle, licenciamento e auditoria ambiental; monitoramento ambiental; gestão, proteção e controle da qualidade ambiental; ordenamento dos recursos ambientais; conservação dos ecossistemas e das espécies neles inseridas, incluindo seu manejo e proteção; e estímulo e difusão de tecnologias, informação e execução de programas de educação ambiental. Executar outras atribuições correlatas a função, incluídas todas as prerrogativas e competências decorrentes da legislação de regência profissional, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CODEPLAN.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional), admitidos as seguintes habilitações: Engenheiro Ambiental, Engenheiro Florestal, Engenheiro Agrônomo, Biólogo.

**VII - Para o emprego comissionado de ASSESSOR DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL:**

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Cabe a tarefa de assessoramento nas questões afetas às notificações, inspeções, vistorias, levantamentos e avaliações; assessoramento nos atendimentos de denúncias e verificação da ocorrência ou não de infração ambiental, bem como na elaboração de laudos ambientais, laudos de constatação, relatórios de fiscalização, vistoria, entre outros, atuando como agente de assessoramento nas tarefas decorrentes do exercício do poder de polícia na fiscalização ambiental e no controle das atividades de impacto ambiental local, inclusive auxiliando na lavratura do auto correspondente, dosimetria das penalidades compreendidas nas leis de crimes ambientais e códigos ambientais municipais; Assessoramento na elaboração de documentos técnicos de citação, intimação ou notificação dos responsáveis pelas fontes de poluição a apresentarem documentos ou esclarecimentos; Assessoramento no exercício de atividade orientadora visando à adoção de atitude ambiental positiva; Assessoramento na fiscalização e aplicação de penalidades às atividades, obras e empreendimentos que causam ou possam causar impacto ambiental local bem como no cumprimento de condicionantes estabelecidas em licenças ambientais ordinárias ou simplificadas; Coordenação de equipes de trabalho, aplicação de normas de segurança, saúde e meio ambiente, bem como atividades técnicas, administrativas e de informática; Elaborar documentação técnica de processos; Participar e organizar cursos e palestras; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CODEPLAN.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional), admitidos as seguintes habilitações: Engenheiro Ambiental, Engenheiro Florestal, Engenheiro Agrônomo, Biólogo.

**VIII - Para o emprego comissionado de ASSESSOR DO SERVIÇO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL:**

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Cabe a tarefa de assessoramento nas questões afetas à aplicação, organização e execução das Políticas Municipais de Educação Ambiental, coordenação e assessoramento na organização do arranjo normativo dos entes públicos consorciados; coordenação e assessoramento no desenvolvimento constante de projetos e programas de educação ambiental; coordenação e assessoramento no processo de integração das Políticas municipais de educação ambiental com as políticas estadual e nacional, bem como assessoramento e coordenação no intercâmbio de atividades entre os órgãos dos municípios consorciados e os órgãos incumbidos da educação ambiental em nível estadual e nacional. Assessoramento na elaboração de documentos técnicos; Coordenação de equipes de trabalho, bem como atividades técnicas, administrativas e de informática; Elaborar documentação técnica de processos; Participar e organizar cursos e palestras; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CODEPLAN.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional), admitidos as seguintes habilitações: Engenheiro Ambiental, Engenheiro Florestal, Engenheiro Agrônomo, Biólogo.

**ATA Nº 02/2023 - ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

Publicação Nº 4768980

ATA Nº02/2023

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

CODEPLAN

Aos cinco dias do mês de maio do corrente, às onze horas reuniram-se na sede da Amplanote os prefeitos(as) que compõe a entidade. Esteve presente o Prefeito em exercício de Major Vieira, Sr. Edson Schroeder, Prefeito de Mafra, Sr. Emerson Maas, Prefeita de Canoinhas, Sra. Juliana Maciel, Prefeito de Monte Castelo, Sr. Jean Carlo Medeiros de Souza, Prefeito em exercício de Bela Vista do Toldo, Sr. José Gilvane Machado, Prefeito de Irineópolis, Sr. Lademir Fernando Arcari, Prefeito de Itaiópolis, Sr. Mozart Myczkowski, Prefeito em exercício



de Papanduva, Sr. Jeferson Chupel, Prefeito de Porto União, Sr. Eliseu Mibach, Secretário Executivo da Amplanorte, Sr. Helio Daniel Costa, Guilherme Krieger Pauta do dia 1) Licenciamento Ambiental; 2) Alteração do Orçamento e Rateio e realização de Processo Seletivo e Contratação; 3) Alteração do Contrato de Consórcio; 4) Eleição Conselho Administrativo e Conselho Fiscal; 5) Assuntos Gerais. Deliberações: 1) Por determinação dos Prefeitos dos Municípios consorciados, o CODEPLAN fora em busca de uma alternativa para a municipalização do licenciamento ambiental dos Municípios Consorciados através do CODEPLAN, foram realizadas pesquisas e visitas ao Consórcio Quiriri e ao CIMVI, sendo que, conforme já relatado o Consórcio Quiriri não apresentou proposta financeira de parceria, sendo que o CIMVI apresentou a proposta, anexa a essa ata, para a consultoria e assessoria na implantação da municipalização do licenciamento ambiental dos Municípios Consorciados através do CODEPLAN nos moldes que realiza na sua região, no valor de R\$ 145.000,00 com assessoria jurídica para adequação dos instrumentos legais do consórcio, e em 125.000,00, sem a referida assessoria. Visto que o Dr. Guilherme tem expertise em Consórcios e assessora a Amplanorte a assessora jurídica foi dispensada, sendo aprovada a consultoria e assessoria para municipalização do licenciamento ambiental dos municípios consorciados através do CODEPLAN pelo CIMVI no valor de R\$ 125.000,00; 2) Diante da aprovação da municipalização do licenciamento ambiental através do CODEPLAN faz-se necessária a adequação do Contrato de Consórcio com a criação de cargos de 5 Analistas Ambientais, na remuneração mensal de R\$ 4.362,88 para 40 horas semanais, como Empregados Públicos Permanentes, devendo ser realizado Processo Seletivo para contratação imediata e, após 2 anos, ser realizado Concurso Público, e de forma Comissionada contratar Assessor de Educação Ambiental e Assessor de Fiscalização Ambiental na remuneração mensal de R\$ 3.080,10 para 20 horas semanais, bem como, o Cargo comissionado de Gestor de Serviços no valor mensal de R\$ 6.308,27 para 40 horas semanais, sendo aprovada a criação dos referidos cargos e remunerações, bem como sua imediata contratação. Para a implantação e manutenção da municipalização do licenciamento ambiental dos Municípios Consorciados através do Codeplan, para o ano de 2023, aprovou-se o orçamento de R\$ 729.000,00 (setecentos e vinte e nove mil reais), conforme especificação de receita e transferências anexa a esta ata, o qual será repassado ao pelos Municípios Consorciados ao Codeplan através de contrato de rateio, dividido tal valor proporcionalmente a população de cada município consorciado, conforme a seguinte tabela:

Art. 1º O Orçamento do CODEPLAN, para o exercício de 2023, passa a ter sua previsão de receita e fixação de despesa na ordem de R\$ 729.000,00 (Setecentos e vinte e quatro mil reais) sendo:

**ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA E TRANSFERÊNCIAS**  
(Repasse Municípios e Estado)

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR (R\$)
1.0.0.0.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	R\$ 729.000,00
1.7.0.0.00.00.00	Transferências Correntes	R\$ 729.000,00
1.7.2.0.00.00.00	Transferências Intragovernamentais	R\$ 729.000,00
1.7.2.3.00.00.00	Transferências dos Municípios	R\$ 729.000,00
1.7.2.3.37.00.00	Transferências à Consórcios Públicos	
1.7.3.8.02.1.1.01	Prefeitura Municipal de Irineópolis	R\$ 34.190,08
1.7.3.8.02.1.1.02	Prefeitura Municipal de Major Vieira	R\$ 24.713,12
1.7.3.8.02.1.1.03	Prefeitura Municipal de Papanduva	R\$ 58.757,42
1.7.3.8.02.1.1.04	Prefeitura Municipal de Canoinhas	R\$ 164.243,70
1.7.3.8.02.1.1.05	Prefeitura Municipal de Porto União	R\$ 107.454,58
1.7.3.8.02.1.1.06	Prefeitura Municipal de Três Barras	R\$ 58.538,72
1.7.3.8.02.1.1.07	Prefeitura Municipal de Monte Castelo	R\$ 24.858,92
1.7.3.8.02.1.1.08	Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo	R\$ 19.245,60
1.7.3.8.02.1.1.09	Prefeitura Municipal de Mafra	R\$ 171.096,28
1.7.3.8.02.1.1.10	Prefeitura Municipal de Itaiópolis	R\$ 65.901,58
1.7.6.1.99.00.00	Outras Transferências de convênios do Estado	R\$ 0,00

**PLANILHA ORÇAMENTO DA DESPESA PARA 2023 -**

ÓRGÃO	CODEPLAN – Consórcio de Desenvolvimento Econômico do Planalto Norte	01
Unidade	CODEPLAN	01
Função	Administração	04
Sub - Função	Administração Geral	122
Programa	Desenvolvimento Econômico	1001
Atividade	Manutenção e Funcionamento do CODEPLAN – Parte Rateio Municipal	2001

**Despesa Fixada**

Despesa	Aplicação	Valor
3.1.90.00.00 - Despesa com Pessoal	Rateio para Manutenção do Consórcio	R\$ 480.000,00
3.1.70.00.00 – Transf. a Consorcios Públicos	Rateio para Manutenção do Consórcio	R\$ 125.000,00
3.3.90.00.00 - Despesa Corrente	Rateio para Manutenção do Consórcio	R\$ 60.000,00
4.4.90.00.00 - Despesa de Capital	Rateio para Manutenção do Consórcio Investimento / Equipamentos	R\$ 64.000,00
Total		729.000,00

Art. 2º. Fica o Diretor Administrativo do Consórcio de Desenvolvimento do Planalto Norte, autorizado a ajustar este orçamento através do

superávit financeiro, excesso de arrecadação, ou outros recursos que ingressarem pelos seus totais e, ainda, pelas anulações de saldos dentro da mesma unidade administrativa, para o exercício de 2023, até 50% do valor total estimado.

Aprovou-se também a criação de gratificação a ser exercida por empregados públicos do Codeplan ou de Servidores de Municípios Consorciados das seguintes funções Controle Interno no valor mensal de R\$ 1.000,00 e Contador no valor mensal de R\$ 2.000,00. Maas comentou do indicador como reajuste o IPCA, na questão salarial. Frisou-se o valor do rateio acima é para os 10 municípios consorciados, se acaso tiver algum que não participe, o rateio para os outros é redistribuído, o que foi aprovado pelos presentes. Fora ainda ressaltando pelo Prefeito de Mafra Emerson Maas, que o licenciamento não exime o município de sua responsabilidade, onde cada município vai precisar criar seu CODEMA, seu conselho municipal de meio ambiente, onde o município vai ter que se habilitar no CONSEMA, estadual. Assumindo a responsabilidade. 3) Aprovou-se a 1ª Alteração no Contrato de Consórcio do CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PLANALTO NORTE – CODEPLAN, que passará a ter a seguinte redação, conforme anexo; 4) Diante do afastamento de 3 prefeitos que representavam Municípios consorciados ao CODEPLAN, devido às investigações decorrentes da Operação Mensageiro promovida pelo MPSC, sendo, em especial afastado o Presidente do CODEPLAN, o então prefeito de Major Vieira, bem como, diante da convocação dessa Assembleia Geral por 1/5 dos seus membros, aprovaram os presentes pela eleição de nova Diretoria/Conselho Administrativo e novo Conselho Fiscal, sendo eleitos pela unanimidade dos presentes para o ano de 2023/2024, até 05/05/2024 para o Conselho Administrativo/Diretoria como Presidente o Sr. Jean Carlo Medeiros de Souza, Prefeito do Município Monte Castelo como 1º Vice-Presidente o Sr. Eliseu Mibach, Prefeito do Município de Porto União, como 2º Vice-Presidente o Sr. Mozart José Myczowski, Prefeito do Município de Itaiópolis. Para o Conselho Fiscal foram eleitos os Srs. Emerson Maas, Juliana Hoppe, Lademir Fernando Arcari, Prefeito do Município de Mafra, Canoinhas e Irineópolis, os 3 conselheiros. Aprovou-se também pela Assembleia Geral a condução ao Cargo de Diretor Executivo, a ser exercida de forma cumulativa não remunerada pelo Secretário Executivo da AMPLANORTE, Sr. Helio Daniel Costa, CPF 000.620.139-39, nos termos do Artigo 61 do Contrato de Consórcio. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião que será lavrada pelo coordenador administrativo/diretor executivo, presidente e demais prefeitos.

**QUIRIRI****RESOLUÇÃO CIQ 141/2023**

Publicação Nº 4767997

**RESOLUÇÃO CIQ Nº 141/2023**

Nomeia Equipe de Gestão Municipal integrante do Sistema de Municipalização do Licenciamento Ambiental do Consórcio Intermunicipal Quiriri

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI - CIQ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Contrato de Consórcio Público e seus Estatutos, ratificado pela indicação dos prefeitos consorciados,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Alterar representantes da Equipe de Gestão Municipal do Sistema de Municipalização do Licenciamento Ambiental do Consórcio Intermunicipal Quiriri, conforme consolidação abaixo:

Consolidação interna do quadro de representantes da Equipe de Gestão Municipal do Sistema Integrado de Municipalização do Licenciamento Ambiental- SIMLA Consórcio Quiriri

MUNICÍPIO	NOME	FUNÇÃO
CAMPO ALEGRE	Bruno Henrique Schappo Santos	Engenheiro Sanitarista
	Francisco Nivaldo Hack	Fiscal de Obras, Posturas e Meio Ambiente
RIO NEGRINHO	Marcelo Streit	Secretário de Planejamento e Meio Ambiente
	José Luiz Augustin	Fiscal de Obras e Posturas
SÃO BENTO DO SUL	José Ermínio Grein	Secretário de Agricultura e Meio Ambiente
	Kaandra Varisco Werner	Fiscal de Meio Ambiente

**Art. 2º** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Campo Alegre, Corupá, Rio Negrinho e São Bento do Sul, 05 de maio de 2023.

**ALICE BAYERL GROSSKOPF**  
Prefeita Municipal de Campo Alegre  
Presidente do Consórcio Intermunicipal Quiriri

**LAMBARI****EXTRATO PUBLICAÇÃO PROCESSO PREGÃO Nº02/2023**

Publicação Nº 4768713

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONSÓRCIO LAMBARI

Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Alto Uruguai Catarinense

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 02/2023

Modalidade: Pregão Presencial 02/2023

O Consórcio Lambari, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade Pregão, Sob a forma Presencial, do tipo Menor Preço, tendo por objeto a aquisição de combustível (gasolina comum) para veículos da frota do Consórcio Lambari, CIS AMAUC e AMAUC, e que estará recebendo os envelopes contendo a documentação e proposta de preços, até às 09h do dia 19 de maio de 2023. Data em que se fará sessão do Pregão Presencial, a partir das 09h30 min, na sala de Reuniões da Amauc, sito a Rua Marechal Deodoro 772, 12º Andar, Edifício Mirage Offices. Íntegra do Edital encontra-se no site oficial da Amauc e do Consórcio Lambari, nos endereços: <http://www.amauc.org.br>, e <http://www.consorcio lambari.sc.gov.br> e informações, pelo telefone (49) 3483-3500. Concórdia (SC), em 05 de maio de 2023. PAULO JOSE DEITTOS - Presidente.

**CIS-GRANFPOLIS****RESOLUÇÃO Nº 05, DE 03 DE MAIO DE 2023 - ESTABELECE NOVO CRONOGRAMA DE PRAZOS PARA O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2023**

Publicação Nº 4769202

RESOLUÇÃO Nº 05, DE 03 DE MAIO DE 2023

Estabelece novo cronograma de prazos para o Processo Seletivo Simplificado nº 01/2023.

O Presidente da Comissão Especial para coordenar todas as etapas do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2023, para cadastro reserva de Auxiliar Administrativo, nomeado pela Resolução nº 02, de 04 de abril de 2023;  
Considerando o alto volume de inscrições recebidas para o processo seletivo nº 01/2023;

RESOLVE:

Art. 1º. Dilatar os prazos do cronograma estimado de publicações do Processo Seletivo nº 01/2023, passando para vigorar no Edital os seguintes prazos:

19/06/2023	Publicação da Classificação Preliminar.
20/06/2023	Abertura do Prazo de Recurso da Classificação Preliminar.
23/06/2023	Encerramento do Prazo de Recurso da Classificação Preliminar.
30/06/2023	Publicação da Classificação Final.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis (SC), em 03 de maio de 2023.

MÁRCIO LOPES

Presidente da Comissão Especial

TERESINHA NIEHUES

Diretora Executiva

**CONTRATO DE RATEIO Nº 31/2022 - CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO DO CIS-GRANFPOLIS, PARA O EXERCÍCIO DE 2023, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO E O MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO**

Publicação Nº 4768867

**CONTRATO DE RATEIO Nº 31/2022****CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO DO CIS-GRANFPOLIS, PARA O EXERCÍCIO DE 2023, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO E O MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO.**

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS – CIS-GRANFPOLIS**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 42.499.226/0001-29, com sede na Rua Cândido Ramos, 250, Capoeiras, Florianópolis, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor Vitor Norberto Alves, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, portador do CPF sob o nº 543.554.609-59, doravante denominado **CIS-GRANFPOLIS**, e o **MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO**, inscrito no CNPJ sob o nº 82.925.025/0001-60, com sede na Praça Del Comune, 126, Centro, Nova Trento/SC representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor Tiago Dalsasso, doravante denominado **MUNICÍPIO**, amparados pela Lei nº 8.666/93, Lei nº 11.107/2005, Decreto nº 6.017/2007, Pela Lei Municipal nº 940/2012 18/12/2012, que ratificou o Protocolo de Intenções do CIS-GRANFPOLIS, e pelo Contrato de Consórcio Público, celebram o presente Contrato de Rateio, conforme as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 O presente instrumento tem por objeto a transferência de recursos financeiros ao CIS-GRANFPOLIS para o custeio das despesas com pessoal, encargos sociais, despesas de manutenção e desenvolvimento das atividades administrativas e de investimentos, nos termos do art. 8º da Lei nº 11.107/05, do Orçamento aprovado pela Assembleia Geral realizada no dia 20/12/2022.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO REPASSE**

2.1 O MUNICÍPIO repassará ao CONSÓRCIO o valor de R\$ 8.821,15 (Oito mil oitocentos e vinte e um reais e quinze centavos).

2.2 O valor estabelecido nesta Cláusula poderá ser alterado por termo aditivo, após deliberação em Assembleia Geral Extraordinária, caso os recursos financeiros aprovados inicialmente não sejam suficientes para o custeio das atividades assentadas na Cláusula Primeira.

consorciosaude@granfpolis.org.br – (48) 3224-3668  
Rua Cândido Ramos, 250 – Capoeiras  
Florianópolis - Estado de Santa Catarina - CEP 88090-800

Página 1 de 4



### **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DA TRANSFERÊNCIA DO REPASSE**

3.1 O valor estabelecido na cláusula anterior será transferido pelo MUNICÍPIO ao CIS-GRANFPOLIS, em 12 (doze) parcelas sendo entre janeiro e novembro o valor mensal de R\$ 735,10 (Setecentos e trinta e cinco e dez centavos) e dezembro o valor de R\$ 735,05 (Setecentos e trinta e cinco e cinco centavos).

3.1.1 A diferença entre as 11 primeiras parcelas e a 12ª parcela é devida ao arredondamento dos centavos.

3.1.2 As parcelas mensais serão pagas até o dia 30 (trinta) de cada mês, por depósito na conta do Consórcio, no Banco de Brasil, Agência 3174-7 - Conta Corrente 30743-2.

3.2 O desatendimento das condições estipuladas no item anterior, implicará na imediata suspensão dos serviços disponibilizados ao MUNICÍPIO.

3.3 O MUNICÍPIO fica sujeito às sanções previstas no Contrato de Consórcio Público, caso não consigne em sua Lei Orçamentária as dotações suficientes para suportar as despesas previstas neste Contrato de Rateio.

### **CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1 O presente Contrato de Rateio vigorará do dia 01 de janeiro de 2023 até o dia 31 de dezembro de 2023.

### **CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1 As despesas do presente Contrato de Rateio correrão por conta do Orçamento Municipal aprovado para o exercício de 2023, nas seguintes dotações:

- |                       |   |              |
|-----------------------|---|--------------|
| a) 3.1.71.00.00.00.00 | - | R\$ 4.398,06 |
| b) 3.3.71.00.00.00.00 | - | R\$ 4.053,55 |
| c) 4.4.71.00.00.00.00 | - | R\$ 369,54   |

### **CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CIS-GRANFPOLIS**

6.1 São obrigações do CIS-GRANFPOLIS:

- a) adotar todas as providências cabíveis à execução do presente Contrato de Rateio;
- b) acompanhar e fiscalizar qualidade técnica da prestação dos serviços continuamente;
- c) elaborar relatórios das atividades desenvolvidas pelo consórcio no exercício de 2023;
- d) colocar a disposição do MUNICÍPIO os serviços credenciados;
- e) colocar a disposição do MUNICÍPIO o sistema informatizado para agendamento de consultas/exames/ procedimentos;





- f) orientar as Secretarias Municipais de Saúde em relação aos procedimentos de encaminhamento de usuários;
- g) encaminhar mensalmente o recibo do valor pago pelo MUNICÍPIO;
- h) disponibilizar ao MUNICÍPIO a possibilidade de participação em eventos, cursos e treinamentos que proporcionem a troca de experiências e o aprimoramento do modelo consorcial adotado.
- i) cumprir com as deliberações da Assembleia Geral, no tocante a execução de despesas com recursos advindos do Contrato de Rateio.
- j) zelar pelo fiel cumprimento das cláusulas e condições deste Contrato de Rateio.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

##### **7.1 São obrigações do MUNICÍPIO:**

- a) adotar as providências cabíveis para a transferência do valor fixado na Cláusula Segunda do presente instrumento;
- b) realizar os repasses financeiros no prazo estabelecido na Cláusula Terceira;
- c) acompanhar os encaminhamentos de pacientes aos serviços oferecidos pelo CIS-GRANFPOLIS;
- d) auxiliar o CIS-GRANFPOLIS a ampliar o número de Pessoas Jurídicas credenciados na região de abrangência;
- e) informar ao CIS-GRANFPOLIS, por escrito, qualquer inconformidade verificada na oferta dos serviços, visando possibilitar a adoção de medidas corretivas;
- f) definir conjuntamente com o CIS-GRANFPOLIS a necessidade de novos serviços;
- g) acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato de Rateio;
- h) publicar o extrato do presente Contrato de Rateio na imprensa oficial do MUNICÍPIO.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

8.1 Em atendimento aos dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, fica o CIS-GRANFPOLIS obrigado a fornecer as informações necessárias para serem consolidadas nas contas do MUNICÍPIO.

#### **CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES**

9.1 O inadimplemento das obrigações assumidas neste instrumento sujeita o contratante faltoso às penalidades previstas no Contrato de Consórcio Público.



9.2 A celebração do presente Contrato de Rateio sem suficiente e prévia dotação orçamentária ou sem observar as formalidades legais previstas configurará ato de improbidade administrativa, conforme disposto no art. 10, inc. XV, da Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1 O presente instrumento será rescindido automaticamente no caso de o MUNICÍPIO deixar de integrar o CIS-GRANFPOLIS, desde que atendidas às formalidades estabelecidas no Contrato de Consórcio Público.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1 Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas e/ou procedimentos relacionados com o cumprimento deste contrato.

E por estarem de acordo com as condições estabelecidas, assinam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e valor.

Florianópolis, 20 de dezembro de 2022.

Assinado digitalmente por: VITOR  
NORBERTO ALVES:54355460959  
O tempo: 16-01-2023 09:31:57

VITOR NORBERTO ALVES  
Prefeito de Leoberto Leal  
Presidente do CIS-GRANFPOLIS

TIAGO  
DALSSASSO:06943394908  
6943394908  
Assinado de forma  
digital por TIAGO  
DALSSASSO:06943394908  
Dados: 2023.05.02  
14:18:12 -03'00'  
TIAGO DALSSASSO  
Prefeito de Nova Trento

**CIGAMVALI****EDITAL DE PUBLICIDADE 052/2023**

Publicação Nº 4768746

EDITAL DE PUBLICIDADE DE CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL  
Nº 352/2023

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO URB/34262 – FCEI 59043

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU - CIGAMVALI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 10.638.878/0001-00, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE BARRA VELHA o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, formulado pelo empreendimento Gilvana Dos Santos, inscrito no CPF nº 034.157.619-08 para a atividade 71.11.01 · CONDOMÍNIOS DE CASAS OU EDIFÍCIOS, ASSIM DEFINIDOS PELA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA, OU EM MUNICÍPIOS ONDE SE OBSERVE PELO MENOS UMA DAS SEGUINTE CONDIÇÕES: A) NÃO POSSUA PLANO DIRETOR; B) NÃO EXISTA SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO NA ÁREA OBJETO DA ATIVIDADE, situado na Rua Annita Buettner Heiden, 658 - Itajuba, no município de BARRA VELHA, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento de Licenciamento Ambiental do CIGAMVALI na Rua Arthur Gumz, nº 88, Bairro Vila Nova em Jaraguá do Sul, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

BARRA VELHA, 05 de maio de 2023  
Município de BARRA VELHA

EDITAL DE PUBLICIDADE DE CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL  
Nº 353/2023

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO URB/34263 – FCEI 59212

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU - CIGAMVALI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 10.638.878/0001-00, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE BARRA VELHA o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, formulado pelo empreendimento FABIO ALENCAR VIEIRA DE SOUZA, inscrito no CPF nº 102.960.719-27 para a atividade 71.11.07 · CONDOMÍNIOS DE EDIFÍCIOS DE USO MISTO (COMERCIAL, RESIDENCIAL, SERVIÇOS) LOCALIZADOS EM MUNICÍPIOS ONDE SE OBSERVE PELO MENOS UMA DAS SEGUINTE CONDIÇÕES, situado na RUA ALFREDO VALERIO BORBA, 245 - CENTRO, no município de BARRA VELHA, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento de Licenciamento Ambiental do CIGAMVALI na Rua Arthur Gumz, nº 88, Bairro Vila Nova em Jaraguá do Sul, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

BARRA VELHA, 05 de maio de 2023  
Município de BARRA VELHA

EDITAL DE PUBLICIDADE DE CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL  
Nº 354/2023

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO URB/34264 – FCEI 59287

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU - CIGAMVALI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 10.638.878/0001-00, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE BARRA VELHA o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, formulado pelo empreendimento CHARLES DUARTE FERREIRA, inscrito no CPF nº 873.225.529-20 para a atividade 71.11.01 · CONDOMÍNIOS DE CASAS OU EDIFÍCIOS, ASSIM DEFINIDOS PELA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA, OU EM MUNICÍPIOS ONDE SE OBSERVE PELO MENOS UMA DAS SEGUINTE CONDIÇÕES: A) NÃO POSSUA PLANO DIRETOR; B) NÃO EXISTA SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO NA ÁREA OBJETO DA ATIVIDADE, situado na RUA DAS TRES NAUS, 147 - QUINTA DOS AÇORIANOS, no município de BARRA VELHA, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento de Licenciamento Ambiental do CIGAMVALI na Rua Arthur Gumz, nº 88, Bairro Vila Nova em Jaraguá do Sul, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

BARRA VELHA, 05 de maio de 2023  
Município de BARRA VELHA

EDITAL DE PUBLICIDADE DE CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL  
Nº 355/2023

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO DIV/34266 – FCEI 59324

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU - CIGAMVALI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 10.638.878/0001-00, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE BARRA VELHA o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, formulado pelo empreendimento TID IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO LTDA, inscrito no CNPJ nº 28.303.604/0001-26 para a atividade 47.84.00 · TERMINAL RODOVIÁRIO DE CARGA ONDE SE OBSERVE PELO MENOS UMA DAS SEGUINTE CONDIÇÕES: A) NÃO

POSSUA PLANO DIRETOR, DE ACORDO COM A LEI FEDERAL Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001;B) NÃO EXISTA SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO NA ÁREA OBJETO DA ATIVIDADE, situado na ESTRADA GERAL MEDEIROS, 20 - MEDEIROS, no município de BARRA VELHA, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento de Licenciamento Ambiental do CIGAMVALI na Rua Arthur Gumz, nº 88, Bairro Vila Nova em Jaraguá do Sul, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

BARRA VELHA, 05 de maio de 2023

Município de BARRA VELHA

EDITAL DE PUBLICIDADE DE CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL  
Nº 356/2023

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO DIV/34265 – FCEI 59326

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU - CIGAMVALI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 10.638.878/0001-00, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE BARRA VELHA o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, formulado pelo empreendimento BEST SELLER BRASIL LTDA, inscrito no CNPJ nº 03.918.685/0001-48 para a atividade 47.84.00 · TERMINAL RODOVIÁRIO DE CARGA ONDE SE OBSERVE PELO MENOS UMA DAS SEGUINTE CONDICOES:A) NÃO POSSUA PLANO DIRETOR, DE ACORDO COM A LEI FEDERAL Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001;B) NÃO EXISTA SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO NA ÁREA OBJETO DA ATIVIDADE, situado na ESTRADA GERAL MEDEIROS, 20 - MEDEIROS, no município de BARRA VELHA, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento de Licenciamento Ambiental do CIGAMVALI na Rua Arthur Gumz, nº 88, Bairro Vila Nova em Jaraguá do Sul, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

BARRA VELHA, 05 de maio de 2023

Município de BARRA VELHA

EDITAL DE PUBLICIDADE DE CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL  
Nº 357/2023

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO IND/34268 – FCEI 59480

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU - CIGAMVALI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 10.638.878/0001-00, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE CORUPÁ o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, formulado pelo empreendimento METALÚRGICA CORUPÁ LTDA, inscrito no CNPJ nº 24.044.387/0001-46 para a atividade 11.60.02 · SERRALHERIA, FABRICAÇÃO DE TANQUES, RESERVATÓRIOS E OUTROS RECIPIENTES METÁLICOS E DE ARTIGOS DE CALDEIREIRO SEM TRATAMENTO QUÍMICO SUPERFICIAL E/OU GALVANOTÉCNICO E/OU PINTURA POR ASPERSÃO E/OU ESMALTAÇÃO, situado na ROD BR 280 SENADOR LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA, 4175 - JOÃO TOZINI, no município de CORUPÁ, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento de Licenciamento Ambiental do CIGAMVALI na Rua Arthur Gumz, nº 88, Bairro Vila Nova em Jaraguá do Sul, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

CORUPÁ, 05 de maio de 2023

Município de CORUPÁ

EDITAL DE PUBLICIDADE DE CERTIDÃO AMBIENTAL DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE  
Nº 358/2023

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO CRT/34172 – FCEI 57138

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU - CIGAMVALI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 10.638.878/0001-00, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE BARRA VELHA o pedido de concessão de CERTIDÃO AMBIENTAL DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, formulado pelo empreendimento RWI COMERCIO E INSTALAÇÕES LTDA, inscrito no CNPJ nº 36.632.480/0001-50 para a atividade de INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA, situado na AV ITAJUBA L. BALN. PICARRAS, 2690 - ITAJUBA, no município de BARRA VELHA, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento de Licenciamento Ambiental do CIGAMVALI na Rua Arthur Gumz, nº 88, Bairro Vila Nova em Jaraguá do Sul, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

BARRA VELHA, 05 de maio de 2023

Município de BARRA VELHA

EDITAL DE PUBLICIDADE DE CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL  
Nº 359/2023

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO URB/34292 – FCEI 58444

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU - CIGAMVALI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 10.638.878/0001-00, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE BARRA VELHA o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, formulado pelo empreendimento MARIA MANUELA RIBEIRO RUSSO, inscrito no CPF nº 802.848.689-49 para a atividade 71.11.01

· CONDOMÍNIOS DE CASAS OU EDIFÍCIOS, ASSIM DEFINIDOS PELA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA, OU EM MUNICÍPIOS ONDE SE OBSERVE PELO MENOS UMA DAS SEGUINTESS CONDIÇÕES: A) NÃO POSSUA PLANO DIRETOR; B) NÃO EXISTA SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO NA ÁREA OBJETO DA ATIVIDADE, situado na RUA ARNO MANKE , 385 - ITAJUBA, no município de BARRA VELHA, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento de Licenciamento Ambiental do CIGAMVALI na Rua Arthur Gumz, nº 88, Bairro Vila Nova em Jaraguá do Sul, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

BARRA VELHA, 05 de maio de 2023

Município de BARRA VELHA

## TERMO DE POSSE DIRETORIA CIGAMVALI MAIO\_2023

Publicação Nº 4769058

### TERMO DE POSSE 2023

Aos três dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três às dez horas, tendo como local a sede do Consórcio Intermunicipal de Gestão Pública do Vale do Itapocu - Cigamvali no município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, reuniram-se os Prefeitos que tomaram Posse em razão da decisão proferida nos autos n.º 5022671-83.2023.8.24.0000.

#### DIRETORIA

Presidente:

OSVALDO DEVIGILI - Prefeito de Guaramirim/SC.

1º Vice-presidente:

JOSÉ JAIR FRANZNER - Prefeito de Jaraguá do Sul/SC.

Diretor Secretário

ODENIR DERETTI - Prefeito de Massaranduba/SC.

CONSELHO FISCAL – Titulares

CLAUDIO FINTA - Prefeito de Corupá/SC.

CLEZIO JOSÉ FORTUNATO - Prefeito de São João do Itaperiú/SC.

LAURO TOMCZAK – Prefeito de Schroeder/SC.

CONSELHO FISCAL – Suplente

DOUGLAS ELIAS DA COSTA - Prefeito de Barra Velha/SC.

## CIM-AMUREL

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº 01/2023

Publicação Nº 4767910

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 42B877DC35D788941D92FEBA011EBD3D55B76B57

CIM-AMUREL

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2023

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

OBJETO: O PRESENTE PREGÃO ELETRÔNICO TEM COMO OBJETO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO, COM FORNECIMENTO PARCELADO DE TINTAS E INSUMOS PARA DEMARCAÇÃO E SINALIZAÇÃO VIÁRIA, PARA USO DO CIM-AMUREL E/ OU DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS QUE ADERIREM A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NA CONDIÇÃO DE ÓRGÃO PARTICIPANTE DESTA LICITAÇÃO, DURANTE O PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:.

Data, Horário e Local de Abertura: Abertura das 09:00 horas do dia 19/05/2023 as 09:30 do dia 19/05/2023.

Início da Sessão Pública de disputa de preços: Pregão as 09:30 horas do dia 19/05/2023

Local: WWW.BLL.ORG.BR - Acesso Identificado

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas no horário de expediente, de segunda a sexta-feira das 8:00 às 17:00 horas no Prédio Sede da Amurel. Para esclarecimentos de dúvidas fica a disposição dos interessados o telefone (48) 3626-5711.

e-mail licitacao@cimamurel.sc.gov.br.

Tubarão/SC, 04 de maio de 2023.

HELIO ALBERTON JUNIOR

Presidente

**CIRSURES****AVISO DE EDITAL DE PREGÃO Nº 05/CIRSURES/2023**

Publicação Nº 4769109

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL  
CIRSURES  
URUSSANGA - SC  
Comissão Permanente de Licitação e Julgamento - CPLJ  
AVISO DE EDITAL DE PREGÃO Nº 5/CIRSURES/2023

Objeto: Registro de preço do produto Pó de Pedra, necessários para produção de massa asfáltica na Usina de Asfalto do Consórcio CIRSURES, com frete posto na sede operacional do CIRSURES (localizada na UR 06, Bairro Rio Carvão, Município de Urussanga/SC), obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas neste edital e seus anexos.

Recebimento dos envelopes: até às 09:00 horas do dia 22 de maio de 2023, na sede do CIRSURES de Urussanga/SC, sito à Rua Vidal Ramos, 170, sala 07 - Centro - Urussanga/SC.

Abertura dos envelopes: às 09:00 horas do dia 22 de maio de 2023.

Edital: O edital estará à disposição aos interessados das 08 horas às 12 horas e das 13 horas às 17 horas, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, somente no CIRSURES de Urussanga/SC, na Rua Vidal Ramos, 170, sala 11 - Centro - Urussanga/SC ou no site [www.cirsures.sc.gov.br](http://www.cirsures.sc.gov.br). Maiores informações pelo telefone: (0\*\*48) 3465-0306 ou pelo e-mail: [compras@cirsures.sc.gov.br](mailto:compras@cirsures.sc.gov.br)

Urussanga (SC), 05 de maio de 2023.

Valério Moretti

Presidente do Cirsures